

Helena Sales Nogueira Costa
Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira

ROSTOS DO TERRITORIO

Leitura da paisagem industrial pela memória.
Um estudo sobre a fábrica SANBRA em Bauru



unesp 

HELENA SALES NOGUEIRA COSTA

ROSTOS DO TERRITÓRIO:

Leitura da paisagem industrial pela memória.
Um estudo sobre a fábrica SANBRA em Bauru

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC/UNESP — Bauru), como requisito final para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira

BAURU
2024

Costa, Helena Sales Nogueira.

Rostos do Território: Leitura da paisagem industrial pela memória. Um estudo sobre a fábrica SANBRA em Bauru / Helena Sales Nogueira Costa, 2024
112 p. : il., fotos, mapas

Orientador: Eduardo Romero de Oliveira

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, 2024

1. SANBRA. 2. Memória. 3. História Oral. 4. Patrimônio Industrial. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE HELENA SALES NOGUEIRA COSTA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 05 dias do mês de março do ano de 2024, às 14:30 horas, no(a) <https://meet.google.com/hpu-xska-ejg>, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de HELENA SALES NOGUEIRA COSTA, intitulada **Rostos do Território: leitura da paisagem industrial pela memória. Um estudo sobre a fábrica SANBRA em Bauru**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Doutor EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / Faculdade de Ciências e Letras de Assis/Unesp, Professor Doutor HÉLIO HIRAO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente/Unesp, Professora Emérita MARIA LETICIA MAZZUCCHI FERREIRA (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP / Universidade Federal de Pelotas/UFPeL. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADA** . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Doutor EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA**
Data: 05/03/2024 17:48:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da UNESP de Bauru, a todo o corpo docente e funcionários. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro concedido através de uma bolsa Cota CAPES/DS atribuída à linha “Teoria, História e Projeto”. Agradeço também aos meus colegas do grupo de pesquisa Memória Ferroviária.

Sou profundamente grata ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira, pela sua orientação, dedicação e apoio ao longo desses dois anos. Sua sabedoria, orientação cuidadosa e incentivo constante foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada por ser um mentor excepcional e por compartilhar seu conhecimento de forma tão generosa.

À minha amada família, pelo apoio inabalável, amor e compreensão. Agradeço por estarem sempre ao meu lado, inspirando-me e encorajando-me. Obrigada por me fazerem feliz e por tornarem cada dia mais especial.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos os entrevistados que contribuíram significativamente para esta pesquisa. O compartilhamento de suas memórias não apenas enriqueceu este estudo, mas também ajudou a preservar a história da fábrica SANBRA de Bauru. Obrigada pelo acolhimento desta pesquisa, suas contribuições serão lembradas com profunda gratidão.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

Joël Candau, Memória e Identidade

RESUMO

Este estudo oferece uma análise abrangente do processo de industrialização em São Paulo, Brasil, durante os primórdios do século XX, com uma atenção especial direcionada à indústria têxtil e à produção de óleo de caroço de algodão. Destaca-se a evolução histórica das fábricas e indústrias em diversas regiões do estado, destacando alguns elementos, como a expansão da cafeicultura, que impulsionaram a industrialização na esfera do algodão. Ademais, aborda-se a recordação do trabalho dos antigos colaboradores da SANBRA, bem como as reminiscências do passado industrial e os vestígios físicos e imateriais remanescentes desse patrimônio, com o intuito de examinar os resquícios industriais atualmente presentes na paisagem urbana de Bauru. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se no campo da história oral. Os resultados deste estudo apontam para um levantamento de narrativas acerca da antiga fábrica SANBRA, visando ressaltar a relevância da história oral na preservação da memória coletiva e no reconhecimento do patrimônio industrial.

Palavras-chave: SANBRA; Memória; História Oral; Patrimônio Industrial.

ABSTRACT

This study offers a comprehensive analysis of the industrialization process in São Paulo, Brazil, during the early 20th century, with particular focus on the textile industry and cottonseed oil production. It highlights the historical development of factories and industries in different regions of the state, emphasizing factors such as the expansion of coffee cultivation that drove industrialization in the cotton sector. Furthermore, it discusses the memory of former SANBRA employees' work, as well as reminiscences of the industrial past and the physical and immaterial traces of this heritage, in order to analyze the industrial remnants currently present in the urban landscape of Bauru. Methodologically, the research is based on the field of oral history. The results of this study point to an inventory of narratives about the former SANBRA factory, aiming to underscore the importance of oral history in preserving collective memory and valuing industrial heritage.

Keywords: SANBRA; Memory; Oral History; Industrial Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Carta geral do Estado de São Paulo (1915)	26
Figura 2 — Cultura do Algodão em São Paulo em (1915)	27
Figura 3 — Beneficiamento do Algodão em São Paulo em (1915)	28
Figura 4 — Beneficiamento de Oleaginosas em São Paulo (1950)	31
Figura 5 — Mapa de ruínas da SANBRA (2023)	35
Figura 6 — Localização SANBRA Assis.....	36
Figura 7 — Vista SANBRA Assis	36
Figura 8 — Localização SANBRA Bauru	37
Figura 9 — Vista SANBRA Bauru	37
Figura 10 — Localização SANBRA Martinópolis.....	38
Figura 11 — Vista SANBRA Martinópolis.....	38
Figura 12 — Localização SANBRA Ourinhos	39
Figura 13 — Vista SANBRA Ourinhos	39
Figura 14 — Localização SANBRA Pirapozinho	40
Figura 15 — Vista SANBRA Pirapozinho	40
Figura 16 — Localização SANBRA Pres. Prudente	41
Figura 17 — Vista SANBRA Presidente Prudente	41
Figura 18 — Localização SANBRA Regente Feijó	42
Figura 19 — Vista SANBRA Regente Feijó	42
Figura 20 — Estradas de Ferro: Sorocabana, Noroeste e Paulista.....	44
Figura 21 — Embalagens do óleo de algodão Salada.....	45
Figura 22 — Embalagem margarina vegetal Delícia.....	46
Figura 23 — Embalagens margarina Primor.....	46
Figura 24 — Fábrica SANBRA de Bauru (1950 - 1970)	47
Figura 25 — Localização fábrica SANBRA.....	47
Figura 26 — Vista aérea fábrica SANBRA.....	48
Figura 27 — Vista interna fábrica SANBRA.....	48

Figura 28 — Funcionários SANBRA.....	58
Figura 29 — Foto Francisco Neto.....	59
Figura 30 — Vista antiga passagem da Paulista.....	62
Figura 31 — Residência de Ivete Borges.....	66
Figura 32 — Residência de Ângela Nunes.....	67
Figura 33 — Residência de Adalberto Barreto.....	68
Figura 34 — Residência de Paulo Fernando.....	70
Figura 35 — Posto de gasolina que abastecia a SANBRA.....	70
Figura 36 — Vista da Chaminé pelo bairro.....	76
Figura 37 — Percurso Cartografia - Tour de Franciso Neto.....	84
Figura 38 — Percurso de Fotos - Tour de Franciso Neto.....	85
Figura 39 — Caminhar em Ruínas I.....	87
Figura 40 — Caminhar em Ruínas II.....	87
Figura 41 — Caminhar em Ruínas III.....	88
Figura 42 — Caminhar em Ruínas IV.....	88
Figura 43 — Caminhar em Ruínas V.....	89
Figura 44 — Caminhar em Ruínas VI.....	89
Figura 45 — Caminhar em Ruínas VII.....	90
Figura 46 — Caminhar em Ruínas VIII.....	90
Figura 47 — Caminhar em Ruínas IX.....	91
Figura 48 — Caminhar em Ruínas X.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Indústria de Processamento (Tombadas)	24
Tabela 2 — Distribuição de áreas de cultivo e indústrias por município (1915)	26
Tabela 3 — Distribuição de ruínas da SANBRA por município (2023)	35
Tabela 4 — Perspectivas de trabalhadores em relação à fábrica.....	78
Tabela 5 — Perspectivas de moradores em relação à fábrica.....	78
Tabela 6 — Similaridades entre moradores e trabalhadores.....	79
Tabela 7 — Diferenças entre moradores e trabalhadores.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCO	Anderson Clayton and Company
AVP	Abordagem Valorização do Patrimônio
CGGSP	Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IRFM	Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo
LCA	Landscape Character Assessment
SAMRIG	Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandenses
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SIPA	Seminário Internacional do Patrimônio Agroindustrial
TICCIH	Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	21
RASTROS DA INDÚSTRIA	
Traços da cotonicultura no Estado de São Paulo.....	21
Beneficiamento do algodão e a influência no território paulista.....	24
Fábricas de óleo de algodão.....	30
Ruínas industriais no contexto estadual.....	34
O Caso de Bauru e o processo fabril das indústrias urbanas.....	43
CAPÍTULO II.....	50
ROSTOS DO TERRITÓRIO	
A valoração da memória pela história oral.....	50
Narrativas orais e a construção da memória fabril.....	55
Reconhecimento do lugar e relações de pertencimento.....	72
CAPÍTULO III.....	81
RESTOS DO TRABALHO	
A leitura da paisagem.....	81
Memória de um caminhar pelas ruínas.....	85
CONSIDERAÇÕES.....	92
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS.....	103
Roteiro de Entrevista.....	103
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	104
Termo de Depoimento em História Oral.....	105

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central investigar como a história oral pode auxiliar na preservação da memória coletiva de antigos bens industriais não protegidos. Especificamente, busca-se evidenciar o papel da antiga fábrica de algodão SANBRA, no município de Bauru - SP, como um bem industrial que, apesar de não ser tombado por órgãos de preservação públicos, desempenhou um papel fundamental na história fabril da cidade durante a década de 1970. Nesse contexto, a pesquisa propõe uma análise espacial da industrialização do algodão no estado de São Paulo, durante o início do século XX, com um enfoque particular na indústria têxtil e na produção de óleo de caroço de algodão. Destaca-se, portanto, o desenvolvimento histórico das fábricas e indústrias em diversas regiões do estado, apontando fatores determinantes, que impulsionaram a industrialização no setor algodoeiro. Além disso, a pesquisa se propõe a explorar a memória do trabalho dos antigos funcionários da SANBRA de Bauru, assim como as reminiscências do passado industrial e os vestígios físicos e imateriais deixados por esse patrimônio. A partir dessas investigações, pretende-se contribuir para uma compreensão mais profunda do papel das indústrias na formação da identidade urbana e na preservação da memória coletiva, além de destacar a importância de reconhecer e proteger este bem como parte essencial do patrimônio histórico e cultural.

A salvaguarda dos bens industriais não protegidos é um desafio evidente que afeta diretamente a deterioração dos centros urbanos, especialmente os grandes complexos industriais. Está problemática se manifesta nos diversos tipos de patrimônio industrial, sendo as atividades agroindustriais um ponto crítico no que diz respeito ao tombamento destes bens. A agroindústria engloba a interseção entre a produção agrícola e a indústria de processamento, apresentando uma complexidade particular que amplia os desafios de conservação.

O Condephaat é responsável pelo tombamento de mais de 500 bens desde 1968 em diversos municípios do estado, abrangendo desde móveis e imóveis até núcleos urbanos e áreas naturais. Em um levantamento de patrimônio industrial no âmbito estadual foram listados 54 tombamentos de bens industriais, sendo 17 de processamento

(agroindustriais) (tabela 1) dos quais apenas seis são complexos agroalimentares (AA) e nenhum de óleos vegetais (CONDEPHAAT, 2024).

Tabela 1. Indústria de Processamento - Agroindústria (Tombadas)

1.	Antiga Fábrica de Tecidos Brasital
2.	Antiga Fábrica de Tecidos Labor
3.	Antiga Fábrica Swift Armour (AA)
4.	Argos Industrial
5.	Companhia Taubaté Industrial
6.	Complexo Industrial Carioba
7.	Conjunto dos Grandes Moinhos Minetti Gamba (AA)
8.	Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena
9.	Edifício do Moinho Fratelli Maciotta (AA)
10.	Fábrica Têxtil Nossa Senhora da Ponte
11.	Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (AA)
12.	Indústrias Têxteis São Martinho
13.	Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (AA)
14.	Matadouro de Vila Mariana (AA)
15.	Moinho Matarazzo (AA)
16.	Sede da Fazenda Salto Grande
17.	Tecelagem de Seda Itálo-Brasileira

Fonte: Levantamento Autoral (2024). **Dados:** CONDEPHAAT (2024)

A singularidade desses complexos agroindustriais é notável, visto que transitam entre o território rural e urbano, mas não se enquadram estritamente no patrimônio agrário nem se assemelham às estruturas de produção artesanal derivadas de técnicas tradicionais. Esta dualidade cria uma paisagem da produção, sendo comum a confusão entre as atividades agroindustriais e agrícolas como um único elemento. Portanto, esses dados apontam para a necessidade de uma maior atenção à preservação do patrimônio industrial ligado à agroindústria, especialmente nas instalações de processamento de alimentos, destacando uma lacuna na salvaguarda histórica e cultural. Essa discrepância ressalta a importância de revisões nas políticas de preservação para uma proteção mais equitativa;

Dessa forma, surge a questão: por que essa paisagem é considerada tão "atípica"? A resposta reside na multiplicidade de fatores que a distinguem, incluindo escala, atividade, estrutura, tipo de trabalho, produto, finalidade e período. A coexistência dessas atividades no mesmo território realça a necessidade de uma abordagem diferenciada para sua

preservação e valorização, a fim de reconhecer e salvaguardar sua importância histórica, cultural e econômica. Assim, é imperativo que se adotem medidas efetivas para a proteção desses bens industriais, não apenas por sua relevância histórica e cultural, mas também por seu potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a revitalização dos centros urbanos. A falta de proteção adequada pode resultar na perda de um patrimônio fundamental para a compreensão e a apreciação da identidade e da história de uma comunidade.

O "Seminário Internacional do Patrimônio Agroindustrial" (SIPA), realizado em 2006 por um grupo de pesquisadores latino-americanos, marcou um importante ponto de inflexão ao aprofundar a discussão sobre a organização do espaço e os diversos tipos de bens fabris relacionados à agroindústria. O objetivo primordial desse evento era não apenas debater as paisagens históricas da produção, mas também promover a valorização do patrimônio agroindustrial, enquanto refletia sobre suas manifestações materiais e imateriais. Durante os debates e as publicações subsequentes, emergiu uma distinção crucial entre a agroindústria e os sistemas agrários artesanais. Segundo Villa-Lobos e Álvarez (2008), essa diferenciação era não apenas correta, mas também oportuna, pois permitia a aplicação de modelos de leitura do espaço a partir de sua identidade cultural. Essa abordagem, quando adequadamente valorizada, revelava-se como uma alternativa fundamental na interpretação da paisagem cultural, possibilitando a reconstrução de diferentes histórias ou reinterpretações do território.

Apesar da importância desses avanços, é pertinente notar a ausência de uma reflexão mais abrangente sobre a natureza teórica da arquitetura agroindustrial. Além disso, a falta de uma carta específica sobre o tema limitava o desenvolvimento de estratégias mais concretas para a preservação desse patrimônio derivado das atividades agrícolas. Não obstante, as contribuições de pesquisadores como Raniero (2008) sugeriam a possibilidade de integrar esse patrimônio ao conceito mais amplo de paisagem da produção, ampliando assim o escopo de sua análise e proteção. Portanto, o SIPA e as discussões subsequentes abriram importantes caminhos para uma compreensão mais profunda do patrimônio agroindustrial. No entanto, ainda há discussões sobre a

necessidade de consolidar essas abordagens teóricas e desenvolver políticas eficazes de preservação e valorização desse importante legado histórico e cultural.

Conforme a "Carta de Nizhny Gatil sobre o Patrimônio Industrial", elaborada pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) em 2003, o documento aborda os principais valores identitários, instrumentais e sociais relacionados ao patrimônio industrial. A Carta destaca a riqueza e diversidade dos bens industriais, fundamentando-se em evidências arqueológicas e registros históricos. No entanto, em uma análise crítica, revela implicações e limitações que exigem uma reflexão mais profunda. Essa valorização é inegavelmente relevante, porém, a falta de uma abordagem mais sistemática para catalogar e preservar as fontes históricas pode gerar lacunas significativas no entendimento completo do patrimônio industrial. Além disso, a Carta não oferece diretrizes claras sobre como lidar com as condições físicas de deterioração das estruturas industriais e da documentação das narrativas orais, tampouco aborda o potencial conflito entre a preservação do patrimônio industrial e a evolução das comunidades locais. Outro ponto crítico refere-se à formulação de medidas de salvaguarda do patrimônio industrial. Embora a Carta reconheça os desafios inerentes a essa tarefa, é evidente a necessidade de fornecer orientações mais concretas e detalhadas. A falta de diretrizes claras pode resultar em abordagens inconsistentes para a conservação, dificultando os esforços de proteção do bem industrial. Esse problema é acentuado pela questão da inclusão social e do envolvimento público nas decisões de preservação, aspectos fundamentais que não são devidamente abordados na Carta (TICCIH, 2023).

O reconhecimento e a proteção do patrimônio industrial têm sido temas de crescente importância no campo da preservação do patrimônio cultural. O conceito de patrimônio cultural tem passado por uma evolução significativa, abrangendo não apenas monumentos históricos e sítios arqueológicos, mas também bens que representam a cultura material associados à paisagem industrial. A compreensão da paisagem industrial demanda o reconhecimento de sua complexidade, englobando aspectos culturais, históricos, sociais, tecnológicos e econômicos. A conservação e preservação dessas paisagens desempenham um papel crucial na proteção dos bens culturais, além de

contribuírem para uma compreensão mais profunda do impacto da industrialização nas sociedades e nas paisagens em que se insere. Nesse sentido, o documento intitulado “Princípios de Dublin sobre a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial” (2011), elaborado pelo TICCIH (Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) e ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), enfatiza uma discussão mais detalhada com base no significado cultural, contexto histórico, valor social, processo tecnológico, autenticidade e integridade da paisagem (ICOMOS, 2011). Esses princípios abrangem os vestígios tangíveis e intangíveis das atividades industriais passadas, proporcionando uma conexão entre as comunidades e sua memória coletiva e identidade. Eles compreendem as evidências físicas da industrialização e seu impacto nas esferas social, econômica e cultural.

Conforme os Princípios de Dublin, o significado cultural dessas paisagens é representado pelos vestígios tangíveis e intangíveis de processos, atividades e conquistas industriais do passado, que incluem estruturas, máquinas, edifícios, paisagens, locais e artefatos associados à industrialização. O contexto histórico reflete não apenas a história e a evolução das atividades industriais, mas também seu impacto abrangente na sociedade, economia e cultura, abarcando contribuições para avanços tecnológicos e mudanças sociais e econômicas (ICOMOS, 2011). O valor social dessas paisagens transcende tanto o tangível quanto o intangível, conectando as comunidades com seu passado industrial e moldando sua identidade e senso de pertencimento. Ele representa a memória coletiva e as experiências compartilhadas não só dos trabalhadores, mas também de suas famílias e das comunidades associadas a áreas industriais (ICOMOS, 2011). O processo tecnológico, por sua vez, abrange as atividades tecnológicas e de engenharia do passado, evidenciando o progresso alcançado em indústrias como manufatura, mineração, transporte, produção de energia e outros setores. Em suma, a autenticidade e integridade dessas paisagens referem-se à sua natureza e características genuínas, garantindo simultaneamente a transmissão do significado e das histórias associadas ao patrimônio industrial (ICOMOS, 2011).

No entanto, na prática, a preservação dessas paisagens industriais enfrenta desafios específicos, conforme delineado na "Carta de Sevilha do Patrimônio Industrial: Os desafios do século XXI", emitida pelo TICCIH-Espanha em 2018. Este documento visa

abordar os problemas decorrentes da manutenção e conservação do patrimônio industrial, reconhecendo a importância dos espaços urbanos e históricos como fontes de identidade e destacando a necessidade de uma abordagem coordenada e integrada, considerando os contextos sociais, econômicos e ambientais (Simal & Carlos, 2019). O objetivo da Carta é delimitar os diversos aspectos que impactam o patrimônio industrial, visando promover avanços no conhecimento e no planejamento de estratégias que abordem os problemas decorrentes de sua manutenção e conservação. O documento também reconhece a importância dos espaços urbanos e históricos como fonte de identidade do local. Além disso, assume que esses espaços são áreas vulneráveis a danos e destruição, e que sua preservação requer uma abordagem coordenada e integrada que considere seus contextos sociais, econômicos e ambientais, propondo uma revisão crítica, abrangente e multidisciplinar em relação ao patrimônio industrial, que, além de sua relevância específica, também afeta significativamente o patrimônio cultural (Simal & Carlos, 2019).

A pertinência específica desse documento ajuda a entender a paisagem industrial como uma área urbana e histórica, estabelecida por uma série de princípios-chave para a conservação do patrimônio cultural. Estes incluem: reconhecer e proteger o significado cultural das paisagens e gerenciá-los para equilibrar a conservação e o desenvolvimento sustentável; envolver as comunidades locais na gestão e preservação do patrimônio cultural, respeitando suas tradições e valores culturais; planejar e gerir o impacto potencial de outras atividades humanas na paisagem; documentar e monitorar os sítios patrimoniais para entender melhor seu significado e informar sua conservação; e, por fim, promover a conscientização e educação sobre o patrimônio cultural e incentivar a participação do público em sua conservação (Simal & Carlos, 2019).

Em outro documento adotado pelo ICOMOS em 2010, a Carta Patrimonial da Nova Zelândia, intitulada "Conservação dos Sítios com Valor Patrimonial Cultural" (ICOMOS, 2010), discute como o valor do patrimônio cultural deve ser entendido por meio de consulta às pessoas conectadas à memória dos espaços. Isso considera o meio em que está inserido, a identidade de um determinado local e o significado do patrimônio como elemento de transformação histórica, cultural e temporal ao qual pertence, como uma soma do patrimônio imaterial incorporado à memória e cultura das comunidades locais

(ICOMOS, 2010). Segundo a Carta de Veneza, conhecida como "Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios" (ICOMOS, 1964), conservar os valores individuais ou coletivos que remetem à identidade, ação e memória deve ser sempre acompanhado de um histórico, considerando a Arqueologia Industrial como um método de investigação interdisciplinar. Isso se refere a todos os vestígios, materiais e imateriais, documentos, artefatos e paisagens naturais e urbanas criados para ou pelos processos industriais (ICOMOS, 1964).

A paisagem marcada por esses vestígios industriais, abandonados e dispersos pelo território, desprovidos de sua função original, atualmente adquire valores formais, espaciais e estéticos que inicialmente não lhes eram atribuídos. Hoje, esses remanescentes industriais dão origem a paisagens excepcionalmente únicas (Alba Dorado, 2016, p.3). Os bens industriais de Bauru encontram-se abandonados e desperdiçados na paisagem, sem cumprir sua função original. No entanto, involuntariamente, eles adquirem valores formais e espaciais que não foram inicialmente concebidos (Alba Dorado, 2016, p.3). Identificar a ruína de um lugar industrial muitas vezes é interpretado como um cenário pictórico que o espectador aprecia esteticamente através de sua imagem. Compreender a manifestação física da paisagem e suas mudanças no espaço e no tempo é essencial para entender a transformação do espaço urbano, de modo que apreendamos a identidade física de um patrimônio histórico (Alba Dorado, 2016). Ao reconhecer o valor da paisagem industrial como parte integrante do patrimônio cultural, podemos valorizar não apenas os vestígios históricos, mas também o contexto em que esses elementos estão inseridos.

A preservação da paisagem industrial não se trata apenas de conservar fábricas antigas, mas também de valorizar as transformações urbanas e sociais que ocorreram ao longo do tempo. Afinal, essas amplas questões sobre as práticas de redescoberta da paisagem industrial e urbana podem levar a discussões específicas sobre o sentido do lugar (Pinder, 2005). Além disso, a falta de recursos e políticas específicas de preservação podem resultar na negligência e na perda desses importantes testemunhos do passado industrial. Portanto, é essencial uma análise crítica dessas questões, buscando soluções que

garantam a proteção efetiva do patrimônio industrial, ao mesmo tempo, em que promovam seu uso sustentável e sua integração nas comunidades locais.

Assim, o objetivo desta pesquisa é realizar uma investigação abrangente sobre o desenvolvimento histórico das fábricas e indústrias em diferentes regiões do estado de São Paulo, com foco na expansão da cotonicultura e seu impacto urbano nas cidades do centro-oeste paulista. Além disso, busca-se compreender a influência da fábrica SANBRA na memória coletiva de moradores e antigos trabalhadores de Bauru. Para atingir esse objetivo, a coleta de dados adotou fontes primárias e secundárias, incluindo pesquisas bibliográficas sobre o processo de industrialização no estado de São Paulo, pesquisa documental em fontes estatísticas, censos industriais, cartografias, impressos e fotografias, pesquisa histórica por meio de entrevistas semiestruturadas, coleta de depoimentos e narrativas de memória industrial, e pesquisa observacional em relação à interação com o ambiente físico e à percepção da paisagem. A pesquisa também adotou a História Oral, por meio de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou testemunharam acontecimentos na fábrica SANBRA de Bauru, com o objetivo de documentar suas experiências pessoais, perspectivas e percepções relacionadas ao trabalho e ao uso do espaço industrial.

A estrutura da dissertação foi dividida em três capítulos: O primeiro capítulo, intitulado "Rastros da Indústria", aborda um aprofundamento teórico sobre o contexto da história da indústria do algodão em São Paulo e os traços da distribuição funcional no território paulista em diferentes aglomerados industriais, como no município de Bauru. No segundo capítulo, denominado "Rostos do Território", destaca-se o valor afetivo da memória dos trabalhadores e moradores da antiga fábrica, utilizando a metodologia da história oral. O terceiro e último capítulo, intitulado "Restos do Trabalho", conclui os dois capítulos anteriores com uma reflexão sobre as mudanças físicas da paisagem industrial da SANBRA, abordando a interligação entre memória, identidade e espaço físico explorado por meio do ato de caminhar, o tecido social intrinsecamente ligado à história dos olhares no território.

CAPÍTULO I

RASTROS DA INDÚSTRIA

O capítulo inicial, denominado 'Rastros da Indústria', direciona sua atenção ao panorama econômico do Estado, fornecendo uma análise detalhada dos principais catalisadores por trás da industrialização no setor do algodão até o ano de 1950. Esta seção delinea os elementos que moldaram a agroindústria do algodão no Estado ao longo desse período, oferecendo uma abordagem cartográfica para compreender seu desenvolvimento.

Traços da Cotonicultura no Estado de São Paulo

Os primeiros complexos fabris surgiram no Brasil cerca de meio século após a Revolução Industrial na Inglaterra. Embora algumas fábricas tenham começado a surgir pouco depois desse período, o desenvolvimento da indústria brasileira ainda estava longe de ser completo. A industrialização do país foi um processo tardio que se estendeu até as primeiras décadas do século XIX, com a instalação de indústrias de pequeno porte. Somente a partir de 1870 é que o processo de industrialização brasileira começou a ganhar impulso em termos de quantidade e importância, com um notável crescimento entre os anos 1885 e 1895 (Hardman; Leonardi, 1982).

Nos primeiros anos das atividades industriais no Brasil-Colônia, a produção têxtil desempenhou um papel crucial. O algodão, já conhecido e utilizado pelos povos originários brasileiros, continuou a ser cultivado nas capitanias portuguesas, resultando na produção artesanal de tecidos, que até mesmo exportava e comercializava para o mercado exterior. Em São Paulo, a produção artesanal de tecidos logo se expandiu significativamente, conseguindo suprir as demandas locais (Hardman; Leonardi, 1982).

Além da tecelagem, outras atividades industriais e manufatureiras no Brasil colonial prosperavam, como a produção de gêneros alimentícios. Tanto nos engenhos e fazendas quanto nas cidades, artesãos como curtidores, oleiros, padeiros e outros desempenhavam um papel fundamental nesse cenário (Hardman; Leonardi, 1982).

Conforme descrito no Relatório da Comissão de Inquérito Industrial de 1882¹ (*apud* Hardman; Leonardi, 1982, p. 31), indica-se que a primeira fábrica de fiação de tecidos de algodão foi fundada em Pernambuco após 1822. Entre 1824 e 1826, outras fábricas foram instaladas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. No entanto, é importante ressaltar que essas fábricas dependiam exclusivamente da produção de trabalho escravo. Somente mais tarde, em 1840, é que as fábricas que empregavam máquinas e operários livres começaram a se estabelecer, impulsionando a exportação brasileira (Hardman; Leonardi, 1982).

De acordo com Canabrava (1951, p. 275), citado por Mamigonian (1976), em 1866 existiam nove fábricas de tecidos no Brasil, nenhuma delas localizada em São Paulo. No entanto, entre 1870 e 1876, surgiram seis tecelagens em São Paulo, a maioria estabelecida no interior do estado, especialmente em regiões produtoras de algodão, como Itu, Piracicaba, São Luiz Paraitinga e Campinas (Mamigonian, 1976, p. 86). Esses dados destacam que, anteriormente, a indústria têxtil brasileira estava concentrada em outras áreas do país, mas São Paulo se destacou ao estabelecer as tecelagens no interior paulista, em regiões com cultivo de algodão, demonstrando a influência dessa matéria-prima na expansão da indústria têxtil local.

A primeira máquina a vapor utilizada no setor têxtil em São Paulo foi na fábrica de tecelagem São Luiz, em Itu, representando uma diferença significativa entre a produção artesanal de bens de consumo e a produção industrial. A introdução da máquina a vapor na fábrica de tecelagem São Luiz, em Itu, marcou uma transição dos métodos artesanais de produção. A utilização da máquina permitiu a mecanização do processo de tecelagem, aumentando a eficiência e a velocidade da produção. Além disso, possibilitou o uso de fontes de energia em substituição à força humana. Esse avanço não apenas impulsionou o crescimento da fábrica de tecelagem São Luiz, mas também de outras indústrias têxteis em São Paulo (Hardman; Leonardi, 1982).

Quanto aos demais ramos do período, além das indústrias de fiação, eram quase todos constituídos por pequenas fábricas que combinavam o trabalho de máquinas com o trabalho artesanal. A existência de oficinas com número reduzido de máquinas ocorria

¹ Relatório apresentado ao Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882, vol. 1, p.9.

tanto no ramo mecânico quanto na produção de cervejas, massas alimentícias, óleos de cozinha, sabão etc. Similar às atividades das olarias e cerâmicas do Estado de São Paulo na década de 1890, o panorama de trabalho na atividade industrial e manufatureira no século XIX ainda era dominado por técnicas manuais. Portanto, o surgimento das indústrias de grande porte não implicou no desaparecimento completo da produção artesanal (Hardman; Leonardi, 1982).

A partir de 1889, em consequência da expansão cafeeira, o início da primeira expansão industrial foi se acentuando gradualmente com o amadurecimento do trabalho nas fábricas. A intensificação das atividades do comércio exterior levou o Brasil a especializar-se na produção de matérias-primas em grande escala. A produtividade nas atividades agrícolas cafeeiras passou a ser industrializada com o uso de maquinários ligados ao seu beneficiamento (Hardman; Leonardi, 1982). O aumento da produção de alimentos também decorreu da produção e exportação do café. Dessa forma, a diversificação do complexo cafeeiro provocou a formação industrial de bens de consumo não duráveis, assim como a importação de máquinas, equipamentos industriais, ferramentas e outros insumos (Hardman; Leonardi, 1982). A estrutura do sistema de produção do café resultou no equilíbrio de fatores que influenciaram a manufatura de diversas maneiras (Dean, 1971).

Segundo Mamigonian (1969), a industrialização brasileira foi uma consequência direta da cafeicultura, que impulsionou os mecanismos econômicos e sociais daquele período, sendo considerada um fator crucial para o surgimento da indústria no país. O crescimento da economia cafeeira desempenhou um papel significativo na expansão do mercado interno, estimulando a demanda por produtos importados. Além disso, a cafeicultura impulsionou a construção de uma extensa rede ferroviária, bem como a implementação de sistemas de energia elétrica nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros. A relação entre a industrialização e o café é inegável, uma vez que a expansão do mercado interno foi um resultado direto do crescimento da economia cafeeira, impulsionado pela necessidade de produção interna, incentivando a criação de fábricas e indústrias (Mamigonian, 1969).

Devido à transformação significativa do cenário econômico e à transição rápida da produção artesanal para a produção industrial em escala de alimentos, “esses avanços

repentinos na região de São Paulo nas décadas de 1880 e 1890 foram, em um sentido mais profundo, a causa da industrialização” (Dean, 1971, p. 15). Entre 1892 e 1895, o comércio de café passou por uma fase de declínio, logo a indústria paulista passou a ser afetada pelo gradual colapso da crise cafeeira (Dean, 1971). Porém, em 1899, os empresários Antônio Pereira Ignácio e Nicolau Scarpa, ambos envolvidos em diferentes ramos industriais do Grupo Votorantim de Sorocaba, souberam aproveitar as mudanças provocadas pela escassez de certas matérias-primas, investindo em diversos setores da economia e na agroindústria (Hardman; Leonardi, 1982).

Na capital paulista, a produção de algodão só poderia proporcionar ganhos inesperados aos fabricantes que tivessem uma provisão adequada de algodão (Dean, 1971). O descaroçamento do algodão teve tanto êxito que as empresas Bromberg Hacker & Companhia instalaram máquinas em fábricas de óleo vegetal, adquirindo grande parte do controle acionário dessas empresas (Dean, 1971). A produção e o cultivo do algodão passaram a ter um impacto direto no crescimento da indústria paulista. O aumento da produção de algodão, por exemplo, demandava uma cadeia completa de produção, desde o plantio e colheita até o beneficiamento e transformação em tecidos. Essa atividade incentivou a demanda por maquinário, instalações industriais e trabalhadores qualificados, resultando na criação de cotonifícios especializados no beneficiamento do algodão (Cano, 2007).

Beneficiamento do Algodão e a Influência no Território Paulista

Carone (2001, p. 96) destaca que a partir de 1900 surgiram na capital os cotonifícios: Fábrica Rodolfo Crespi, Fábrica Mariângela, Fábrica Matarazzo, Companhia Industrial de São Paulo, Fábrica de Tecidos Anhaia e Ipiranga. Enquanto no interior, as fábricas continuavam a manter o fluxo econômico, destacando-se a Fábrica Arethusina ou Boyes, de Piracicaba, a Fábrica Carioba, de Americana, e a Fábrica São Martinho, em Tatuí. A vantagem numérica do interior sobre São Paulo passou a ser superada pelo tamanho e pela importância dessas fábricas (Carone, 2001, p. 96). Um exemplo foi a cidade de Salto com a Fábrica de Tecidos Brasital, às margens do Rio Tietê.

Ao contrário das indústrias têxteis, as primeiras fábricas de óleo de caroço de algodão só se consolidaram após 1900. Conforme as estatísticas, em 1907, havia pelo menos vinte

fábricas de óleos vegetais em funcionamento. Dessas, duas eram consideravelmente pequenas, enquanto as dezoito restantes estavam localizadas na região Nordeste. No entanto, a maior de todas estava estabelecida em São Paulo, na Fábrica Matarazzo vinculada ao cotonifício da empresa (Vichnewski, 2004, p. 73).

O primeiro Censo Industrial do Estado de São Paulo de 1910 indicava que apenas na região Sudeste havia aproximadamente 310 estabelecimentos industriais no setor têxtil e alimentício (Suzigan, 1971). Segundo a Carta Geral do Estado de São Paulo de 1915 (Figura 1), elaborada pela Comissão Geográfica e Geológica (CGGSP), o crescimento industrial e a instalação de fábricas, oficinas e unidades de manufatura se deram especialmente em diversos setores agrícolas para a economia estadual (Tabela 1) (Comissão Geográfica e Geológica, 1915).

A CGGSP foi uma organização criada em 1886 visando realizar levantamentos geológicos e geográficos do estado de São Paulo. A comissão documentou os recursos naturais, paisagens e características geográficas da região, fornecendo informações essenciais para o planejamento de São Paulo. Suas atividades incluíram o mapeamento do território, o estudo das formações geológicas, a identificação dos recursos minerais e a avaliação do potencial agrícola de diferentes áreas. Como resultado desse trabalho, foram produzidas cartas topográficas detalhadas que forneceram informações precisas sobre a localização de rios, cidades, estradas de ferro e rodovias. Essas cartas, conhecidas como Cartas Gerais, tornaram-se um recurso importante para auxiliar no planejamento urbano, na gestão de recursos naturais do estado de São Paulo (Lucio, 2014).

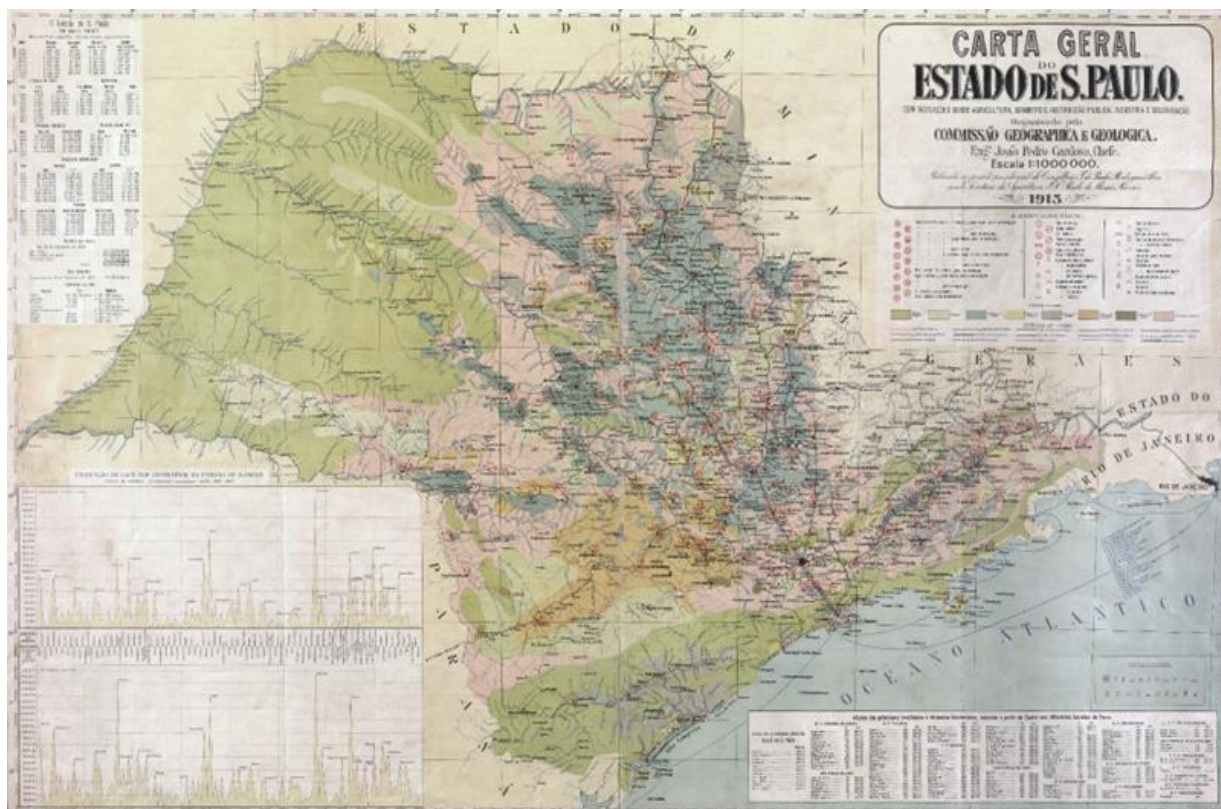


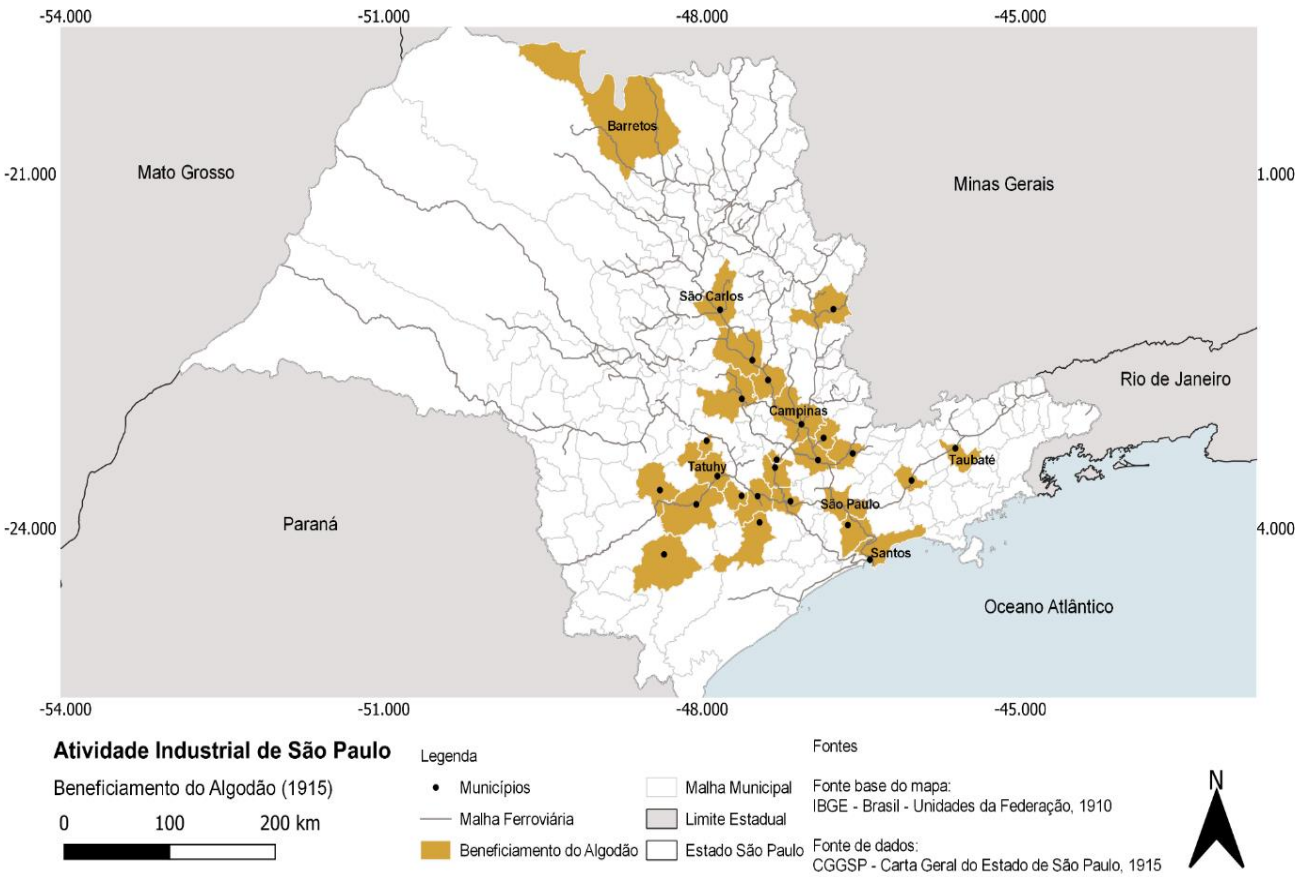
Figura 1 — Carta geral do Estado de S. Paulo: com indicações sobre agricultura, comercio, instrução pública, industria e colonização (1915). **Fonte:** Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Tabela 2. Distribuição de áreas de cultivo e indústrias por município — Estado de São Paulo (1915)

Áreas de cultivo	Mun.	Indústrias de alimento	Mun.	Indústrias de transformação	Mun.
Algodão	18	Cerveja	12	Calçados	06
Arroz	13	Conservas	14	Celulose	02
Café	45	Engenhos de açúcar	11	Chapéus	07
Campo	05	Fecularias	05	Complexos militares	04
Cana	09	Água mineral	02	Curtumes	09
Mata Virgem	01	Frigoríficos	02	Explosivos de guerra	01
Diversos	35	Laticínios	12	Fósforos	04
		Licores	16	Máquinas agrícolas	05
		Óleos	08	Oficinas E. de ferro	05
		Pastifícios	33	Olarias	06
				Têxtil	16
				Indústrias diversas	50
TOTAL	126		103		115

Fonte: Levantamento Autoral (2023). **Dados:** Carta Geral do Estado de São Paulo de 1915

Em uma amostragem sobre a cotonicultura, aproximadamente 18 municípios eram produtores de algodão, tais como Avaré, Capão Bonito, Itapetininga, Ribeirão Bonito, Sorocaba, Salto e Tatuí (Figura 2). Além disso, 16 municípios trabalhavam com a indústria têxtil e 8 com a produção de óleo a partir do caroço de algodão ou amendoim. Conclui-se que cerca de 34% da produção paulista era dedicada ao beneficiamento do algodão (Figura 3)



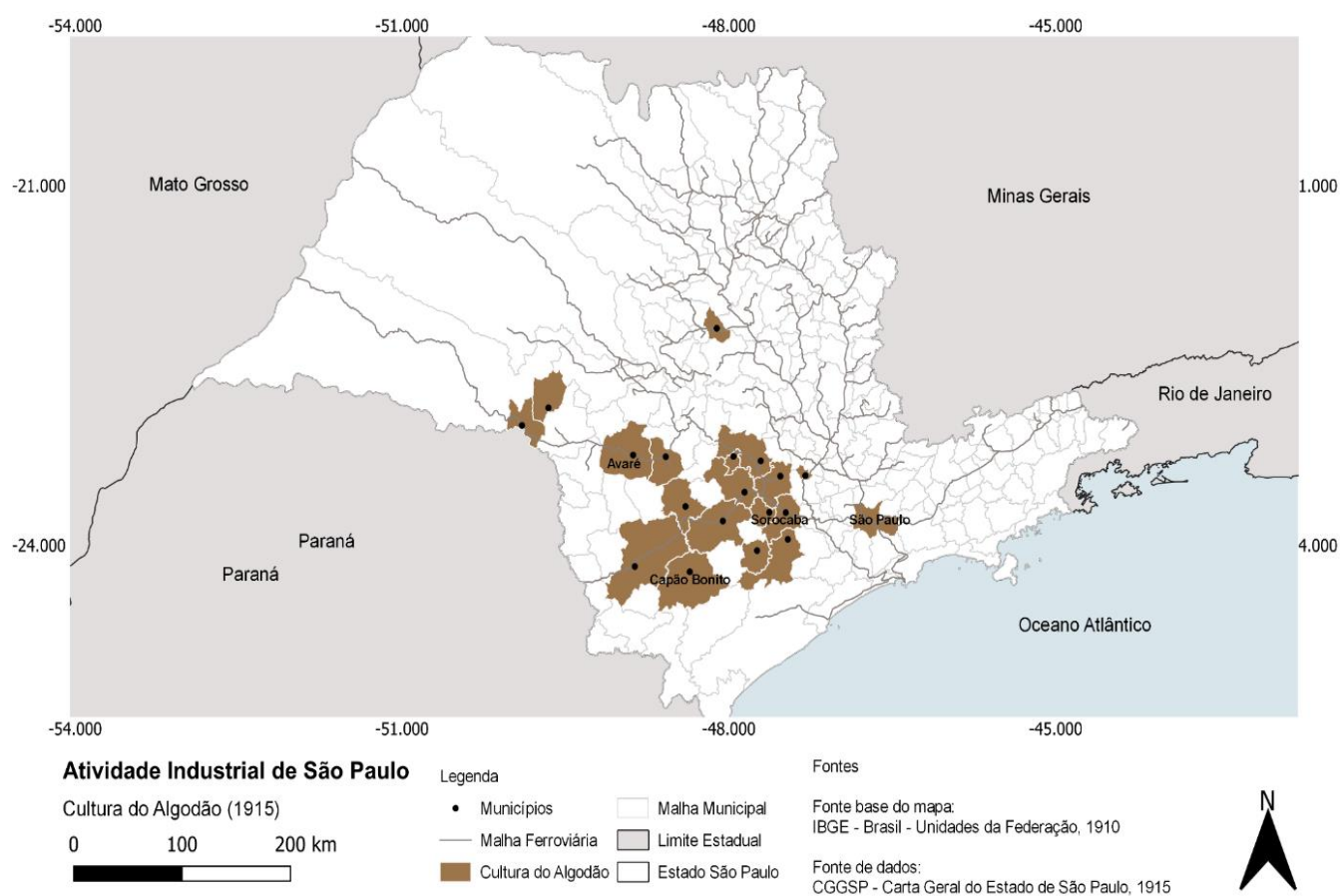


Figura 3 — Beneficiamento do Algodão em São Paulo (1915). **Fonte:** Levantamento Autoral (2023).

No entanto, apesar do aumento significativo da indústria do algodão entre 1915 e 1920, os lucros ainda eram insuficientes devido à interrupção física de suprimentos durante crises comerciais (Suzigan, 2000). Presume-se que as empresas de pequeno e médio porte em São Paulo tenham se consolidado durante o período da Primeira Guerra Mundial, à medida que artigos de consumo não essenciais, como o café, foram reduzidos e substituídos pelo aumento das compras de carnes, cereais, feijão, açúcar e outros produtos alimentícios (Dean, 1971).

Até a década de 1920, São Paulo contava com 721 indústrias, com destaque para atividades que utilizavam materiais agrícolas locais, como algodão, couro, açúcar, cereais e madeira de construção, além de minerais não metálicos, principalmente barro, areia, cal e pedra (Dean, 1997). No total, 30,7% eram do setor alimentício, 29,3% do setor têxtil, 6,3% de fábricas de bebidas e cigarros, apenas 4,7% eram do setor metalúrgico e 2% pertenciam ao setor químico (Hardman; Leonardi, 1982). Mais tarde, a Depressão Econômica de 1929 afetou consideravelmente a economia, resultando em desaceleração

nas décadas de 1920 e 1930 em relação ao número de fábricas e funcionários (Suzigan, 1971). Comparado aos trinta anos anteriores, o comércio de café já não estimulava a produtividade rural com a mesma eficácia, e o influxo de novos investimentos era escasso (Dean, 1997). Consequentemente, o sistema de produção agroindustrial brasileiro enfrentava um processo de industrialização caracterizado por uma transição gradual entre a sociedade agrária e rural e a sociedade industrial e urbana. Um exemplo disso é a urbanização de Marília, impulsionado por uma combinação de fatores econômicos, como a venda de pequenas propriedades e da cultura do algodão a partir de 1932 (Monbeig, 1984, p. 291).

Com a queda dos preços do café em 1930, houve uma transferência significativa do capital econômico para a cotonicultura, tornando o cultivo do algodão uma atividade subsidiária. A plantação de novos cafeeiros foi consideravelmente reduzida entre 1933 e 1942, enquanto o investimento na indústria se expandiu com a produção de algodão, arroz, açúcar, frutas cítricas, feijão e milho (Dean, 1971). O cultivo de café na região de Campinas, Jundiaí, Rio Claro, Araraquara e Ribeirão Preto já apresentava sinais de esgotamento em suas áreas de cultivo, assim como em toda a região que acompanhava o avanço das ferrovias no oeste do Estado de São Paulo (Schiavon, 2017, p. 29).

Por outro lado, a produção de algodão estimulou a instalação de máquinas de beneficiamento, próximas à ferrovia. Esse avanço não se limitou apenas às margens ferroviárias, mas também, em todo território paulista (Monbeig, 2004, p. 291), sendo que o número de fábricas no interior era superior ao da capital paulista (Carone, 2001). Um exemplo é Bauru, que se tornou um centro comercial do estado e o ponto terminal das linhas da Estrada de Ferro Noroeste, Sorocabana e Companhia Paulista.

A razão para essa expansão ocorreu devido à presença de solos arenosos e ao estímulo ao cultivo do algodão. Nesse contexto, a Estrada de Ferro Sorocabana criou condições propícias para o plantio do algodão e a instalação de máquinas de beneficiamento, que separavam a pluma, esmagavam o caroço e processavam o óleo (Carone, 2001, p. 94). Portanto, houve um avanço significativo na fabricação de óleo de caroço de algodão, impulsionado pelos novos investimentos nessa indústria.

Fábricas de Óleo de Algodão

A indústria de óleo de caroço de algodão, se deu principalmente pelo setor de óleos comestíveis. Tanto o governo federal quanto os governos estaduais ofereceram auxílio às usinas de descaroçamento de algodão e às fábricas de óleo de caroço de algodão. Em 27 de fevereiro de 1924, o governo federal promulgou o Decreto nº 16.396, regulamentando a concessão de empresas ou companhias legalmente constituídas no país para explorar o cultivo e a fabricação de subprodutos do algodão (Vichnewski, 2004, p. 74). Além desses incentivos, o governo do Estado de São Paulo implementou um programa de pesquisas destinado a melhorar a qualidade do algodão. Posteriormente, esse programa foi executado pelo IAC (Instituto Agrônomo de Campinas). Essas iniciativas visavam não apenas estimular a produção e o processamento do algodão, mas também aprimorar sua qualidade (Vichnewski, 2004, p. 74).

Suzigan (1971) argumenta que a industrialização de São Paulo começou verdadeiramente na década de 1930, quando a indústria estava voltada principalmente para a produção de bens de consumo, especialmente têxteis e alimentos, para atender às crescentes necessidades da população paulista. Em poucos anos, a indústria nesse período experimentou um crescimento exponencial no número de fábricas, com um aumento de mais de 50%, além do aumento no número de trabalhadores (Suzigan, 1971). Em outras palavras, São Paulo possuía um mercado interno relativamente grande em comparação com outros estados tornando-se a maior concentração industrial do país e possivelmente da América Latina (Suzigan, 1971).

Diversas empresas estabeleceram máquinas de beneficiamento de algodão em municípios na região oeste de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1950, ampliando suas operações para atender à crescente demanda por óleos comestíveis. Capitalizando a disponibilidade do algodão como matéria-prima para a fiação e extração de óleo das sementes (Saes; Nozoe, 2014). A demanda por óleos comestíveis desempenhou um papel significativo no avanço industrial e econômico das regiões paulistas, impulsionando toda a cadeia produtiva do algodão e fortalecendo a indústria de óleos comestíveis (Saes; Nozoe, 2014).

Essas fábricas de óleo foram fundamentais para a economia e a consolidação do setor de óleos de algodão, não se restringindo apenas à capital, mas também se estabelecendo no

interior paulista, em cidades como Bauru, Marília, Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

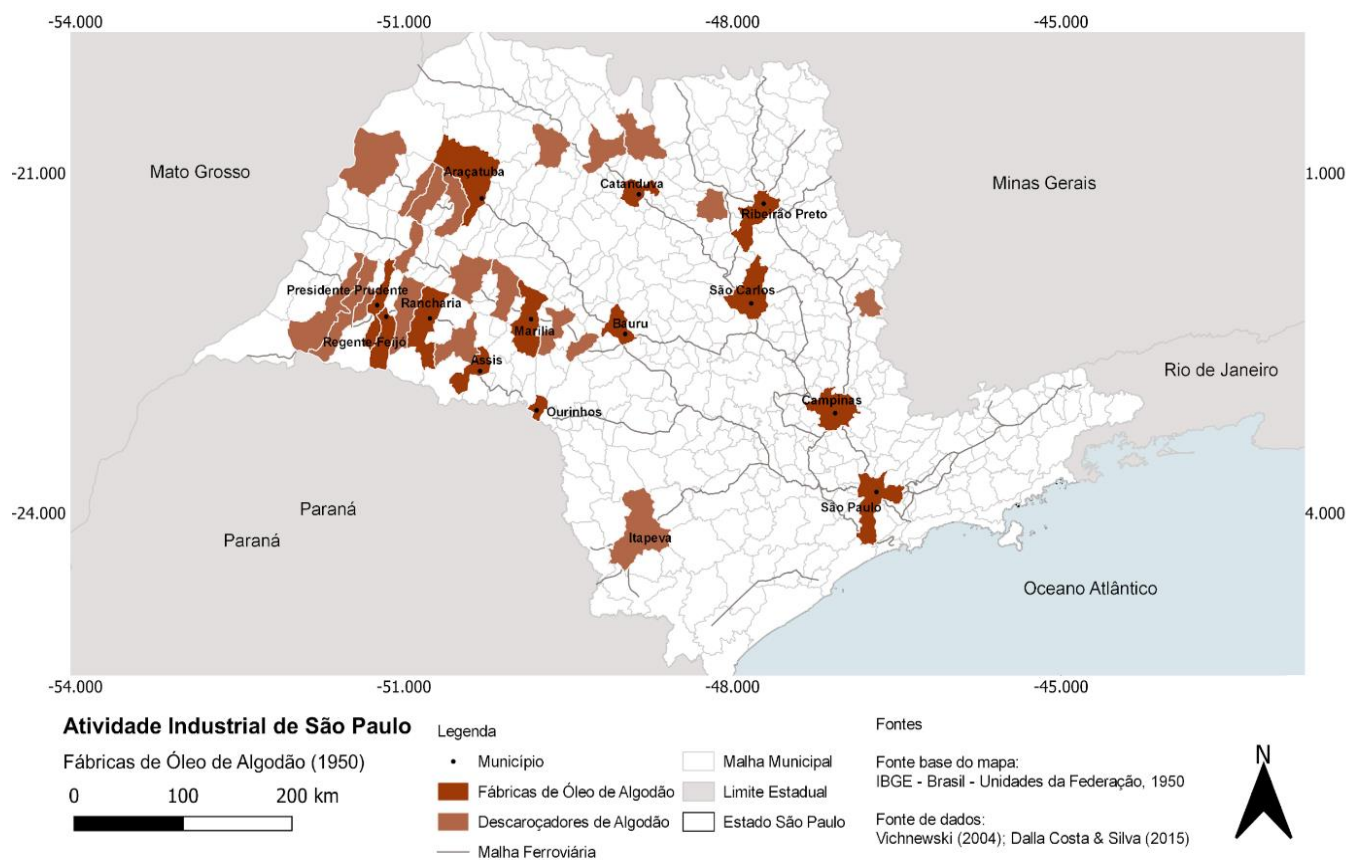


Figura 4 — Beneficiamento de Oleaginosas em São Paulo (1950). **Fonte:** Levantamento Autoral (2023)

Segundo a interpretação de Vichniewski (2004), que se baseia em Albuquerque (1983, p. 176), empresas como a IRFM (S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo), a ACCO (Anderson Clayton e Cia.) e a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), que atuavam como beneficiadoras e exportadoras de algodão, adotaram uma estratégia pioneira ao investir em máquinas de descaroçamento em uma única safra. Além de processarem o algodão, essas empresas passaram a produzir óleo a partir do caroço de algodão, o que resultou em um aumento significativo em seus lucros. A cada tonelada de algodão processada, era possível extrair 100 kg de óleo, o que representava um valor agregado considerável em relação à matéria-prima original (Vichniewski, 2004, p. 72).

Um exemplo desse avanço é a fábrica Matarazzo, que inicialmente produzia óleo bruto de algodão, óleo bruto de soja, farelo de algodão, farelo de soja e línteres de algodão. Estes línteres, pequenas fibras do algodão encontradas no caroço e ricas em celulose, foram transformados em subprodutos utilizados na fabricação de filtros de cigarro, embalagens

de papelão e outros itens (Vichnewski, 2004, p. 241).

Além da IRFM, outras empresas começaram a explorar esses novos campos de produção, como a SANBRA, pertencente ao grupo Bunge & Born². A SANBRA desempenhou um papel de destaque na extração de óleo do caroço de algodão nesse período (Saes & Nozoe, 2014). Tornou-se uma das principais empresas do setor alimentício, exercendo influência significativa tanto na esfera econômica quanto política. Sua presença foi fundamental para a distribuição funcional da produção industrial no território paulista, visando atender à crescente demanda por óleos comestíveis. Aproveitando a disponibilidade local da matéria-prima do algodão para a fiação e extração de óleo a partir do caroço de algodão, a SANBRA desempenhou um papel crucial no suprimento desses produtos essenciais (Saes; Nozoe, 2014).

Esse desenvolvimento não apenas consolidou a posição da SANBRA como líder no mercado, mas também contribuiu para o crescimento econômico da região e do país como um todo. O avanço da indústria de óleos comestíveis não só gerou empregos e oportunidades de negócios, mas também fortaleceu a infraestrutura industrial de São Paulo, estabelecendo-o como um centro vital para a produção e distribuição desses produtos essenciais.

A fábrica SANBRA, pioneira no segmento de extração de óleo de algodão e considerada a primeira empresa da Bunge a especializar-se nessa área, destacou-se como uma das maiores subsidiárias da região, alcançando o status de principal exportadora de produtos do agronegócio. Além disso, foi reconhecida como a terceira maior exportadora nacional de algodão. Esses feitos refletem não apenas a excelência operacional da fábrica, mas também seu impacto econômico substancial (Dalla Costa; Silva, 2015, p.19).

Nesse contexto, a expansão da indústria e a consequente disponibilidade crescente de algodão exerceram um impacto significativo tanto na indústria têxtil quanto na alimentícia (Saes; Nozoe, 2014). O algodão passou a desempenhar um papel cada vez mais proeminente nessas áreas, marcando um processo de interiorização de sua utilização.

² A Bunge chegou ao Brasil associando-se à Sociedade Anonyma Moinho Santista em 1905, com sede em Santos (SP). Em 1923 adquiriu a empresa Cavalcanti & Cia, que depois mudou seu nome para Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro SA (SANBRA) (DALLA COSTA; SILVA, 2015)

Essa mudança foi impulsionada pela substituição da cafeicultura pela cotonicultura como atividade agrícola predominante. Com a ascensão da produção de algodão, especialmente em regiões antes dominadas pela cultura do café, houve uma transformação profunda nos padrões de produção e consumo. A disponibilidade ampliada de matéria-prima incentivou o crescimento da indústria têxtil, que se beneficiou do fornecimento local de algodão para a produção de tecidos e outras mercadorias. Além disso, a indústria alimentícia encontrou no óleo de algodão um recurso valioso, ampliando suas operações e diversificando sua gama de produtos.

Essa mudança estrutural não apenas impulsionou o desenvolvimento econômico das regiões envolvidas na produção de algodão, mas também teve repercussões significativas em todo o estado de São Paulo. O aumento da oferta de algodão e seus derivados não só fortaleceu a autonomia industrial paulista, reduzindo a dependência de importações, mas também contribuiu para a criação de empregos e o enriquecimento da diversidade econômica.

Além disso, a disponibilidade de algodão permitiu o aumento das indústrias têxtil e alimentícia, as quais encontraram no algodão uma matéria-prima versátil e indispensável para a produção de tecidos, óleos e outros produtos derivados. Essa interiorização do uso do algodão refletiu a expansão econômica e industrial do estado de São Paulo em diferentes setores. Ademais, o aumento na produção e a qualidade do algodão proporcionaram uma base sólida para a exportação desse produto. Durante o período compreendido entre meados da década de 1930 e o final de 1950, o algodão consolidou-se como um importante produto de exportação, contribuindo para a economia e o comércio exterior do estado de São Paulo (Vichnewski, 2004).

Em suma, a expansão da cotonicultura e a interiorização do uso do algodão impulsionaram o crescimento industrial e econômico de São Paulo, fortalecendo significativamente a indústria têxtil e alimentícia. O algodão emergiu como um componente essencial da economia, tornando-se não apenas uma matéria-prima versátil para diversos produtos, mas também um importante item de exportação, destacando-se tanto no mercado interno quanto no cenário internacional. Esses desenvolvimentos evidenciam a importância histórica e econômica do algodão como um elemento-chave na trajetória de São Paulo.

Ruínas Industriais No Contexto Estadual

Nos últimos anos, estruturas antigas ou obsoletas de instalações industriais começaram a ser revalorizadas como patrimônio cultural sob as perspectivas da arqueologia industrial ou da história da arquitetura. No entanto, os próprios valores das estruturas industriais em ruínas não devem ser limitados apenas à história ou ao significado por trás de sua existência. Como, então, reconhecemos e percebemos a paisagem criada pela ruína? E como esses valores são categorizados? (Okada, 2012, p.149)

Atualmente, esses vestígios de indústrias obsoletas não atuam como atividade e dificilmente possuem uma definição precisa de uso e/ou patrimônio, por isso, sofrem uma desconexão identitária no espaço urbano. Mesmo assim, são lugares onde podem ocorrer ligações afetivas. As ruínas podem ser classificadas em dois tipos de reações: a de aceitação e a de rejeição. Quando o vestígio não tem uma classificação definida, é necessário registrá-lo, criando um tipo de inventário que se encaixe nas condicionantes desse tipo de objeto. O registro é uma forma de preservação e a paisagem é um palimpsesto de mudanças passadas (Palmer & Neaverson, 1998).

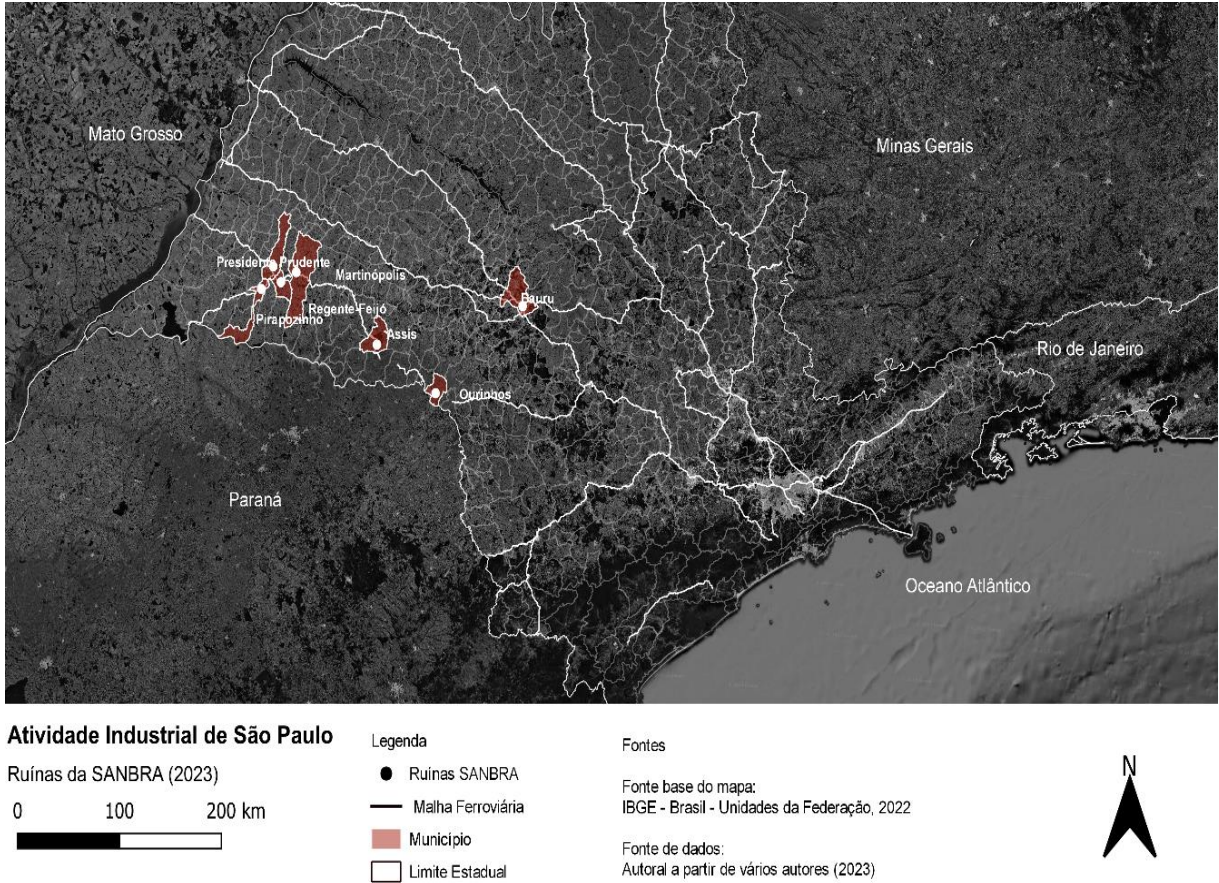
A deterioração e perda da vitalidade do valor histórico são visivelmente expostas na paisagem, como áreas ociosas ou subutilizadas. As paisagens que evoluíram através da industrialização estão ameaçadas pela desindustrialização, no entanto, quando a desindustrialização é vista como uma “perda social”, a preservação torna-se importante (Tempel, 2012, p. 143). Logo, a preservação que tem hoje é representativa a quem?

A princípio, a ruína de um lugar industrial não é fácil de identificar, para isso, teríamos que ter critérios e valores que fundamentassem o que deveria ser considerado uma ruína. No entanto, para fins de identificação metodológica, os critérios para essa discussão irão considerar a partir de um panorama do antigo complexo industrial da SANBRA (Tabela 2), onde estão conjugados os rastros desse tipo de industrialização possíveis de serem detectados (Figura 5).

Tabela 3. Distribuição de ruínas da SANBRA por município (2023)

Antiga Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro - SANBRA		
Município	Coordenada	Situação
Assis	-22.64878, -50.41426	Abandonada
Bauru	-22.34047, -49.08193	Subutilizada
Martinópolis	-22.14828, -51.16853	Abandonada
Ourinhos	-22.98107, -49.86377	Parcialmente demolida
Pirapozinho	-22.2727, -51.48808	Subutilizada
Presidente Prudente	-22.11065, -51.37996	Tombada
Regente Feijó	-22.22187, -51.30777	Totalmente demolida

Fonte: Levantamento Autoral (2023). **Dados:** Autoral (2023)



Assis

Localizada na cidade de Assis próximo a ferrovia Sorocabana, a unidade da SANBRA foi construída em 1947 com o propósito do beneficiamento de sementes oleaginosas e operar como um descaroçador de algodão. Durante a década de 1980, o poder municipal de Assis enviou um pedido ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CONDEPHAAT) para a fábrica ser tombada como patrimônio cultural da cidade. No entanto, o processo foi arquivado. Os valores destacados pelo Prefeito José Santilli Sobrinho estão relacionados à história de Assis, justificando a importância de preservar a memória e a identidade local como a primeira grande indústria instalada na cidade. Atualmente a fábrica encontra-se em completo estado de abandono (Nascimento, 2009).



Figura 6 — Localização SANBRA Assis (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Google Earth (2023)



Figura 7 — Vista SANBRA Assis (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Street View (2023)

Bauru

Construída em 1944 como Moinho Santista, próxima à ferrovia Sorocabana, na Vila Santista, a SANBRA passou a ser a maior indústria da região devido ao crescimento da cidade e à demanda por bens manufaturados em meados de 1950. A empresa era especializada na extração de óleo de algodão e amendoim. O complexo contava com grandes armazéns, depósitos de óleos, oficina de manutenção, caldeiras, instalações administrativas, refeitório, escola e casas para funcionários (Bastos, 2002). Mais tarde, em 1997, a antiga SANBRA foi vendida para a Ceval Alimentos, em sociedade com a empresa Bunge. A fábrica manteve suas atividades como Bunge até 2006 e, em 2008, passou para a empresa Sina. No entanto, em 2018, a Sina passou por uma paralisação temporária, que se prolongou indefinidamente até o momento. Portanto, a antiga fábrica SANBRA de Bauru encontra-se abandonada, com pretensão de ser demolida (Bastos, 2002).



Figura 8 — Localização SANBRA Bauru (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Google Earth (2023)



Figura 9 — Vista SANBRA Bauru (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral (2020)

Martinópolis

Inicialmente instalada pela Brazcot em Martinópolis em 1936 e posteriormente adquirida pela SANBRA, essa indústria, juntamente com outras três algodozeiras estabelecidas na cidade, foi importante para que Martinópolis se tornasse um grande produtor de algodão na década de 1950. O complexo encontra-se no centro da cidade, ao lado da estação rodoviária, e contava com desvio ferroviário da Sorocabana para o embarque dos fardos de algodão beneficiados para São Paulo. As atividades em Martinópolis foram encerradas definitivamente na década de 1980. A maioria desses prédios foi demolida recentemente, restando um enorme terreno vago (Scalaton, 2015).



Figura 10 — Localização SANBRA Martinópolis (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Google Earth (2023)



Figura 11 — Vista SANBRA Martinópolis (2023). **Fonte:** Museu Virtual de Martinópolis (2022)

Ourinhos

Próxima da linha férrea da Sorocabana, a fábrica de Ourinhos foi instalada na cidade em meados de 1940, em uma área de cerca de 80.000m². A fábrica contava com um ramal ferroviário para a descarga de vagões de caroço de algodão, mamona e amendoim. Desde sua fundação até o final da década de 1970, foi uma referência na região. Em meados de 1970, devido à baixa produção das matérias-primas, a fábrica encerrou suas atividades em Ourinhos, sendo mais tarde substituída pela Bunge. Em 2007, suas instalações foram demolidas, restando apenas um grande terreno com uma edificação e uma torre industrial na Rua Cardoso Ribeiro, ao lado da linha férrea. Hoje em dia, no local da antiga indústria, foi construído um shopping center (IBGE, 2017).



Figura 12 — Localização SANBRA Ourinhos (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Google Earth (2023)



Figura 13 — Vista SANBRA Ourinhos (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Street View (2023)

Pirapozinho

As fábricas de óleos comestíveis da unidade de Pirapozinho contavam, em meados da década de 1950, com uma refinaria de beneficiamento de óleos de algodão. A empresa ocupava um lugar importante no parque industrial da região. Assim como em Bauru, a fábrica de Pirapozinho também pertence à Sina Indústria, porém encontra-se subutilizada e parcialmente demolida.



Figura 14 — Localização SANBRA Pirapozinho (2023). Fonte: Levantamento Autoral – Google Earth (2023)



Figura 15 — Vista SANBRA Pirapozinho (2023). Fonte: Levantamento Autoral – Street View (2023)

Presidente Prudente

Conectando o centro da cidade à zona leste, a vinda da ferrovia trouxe consigo a construção da SANBRA em 1948, que se configurava como um complexo industrial de galpões. No entanto, mais tarde, boa parte desses galpões foi demolida. Tombado pelo município em 2017, restaram apenas um exemplar referente à termoelétrica da empresa, a casa de caldeira e uma chaminé. Entretanto, o complexo se mantém em estado de ruína, inserido em um grande terreno vazio (Branco, 2018).



Figura 16 — Localização SANBRA Pres. Prudente (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Google Earth (2023)



Figura 17 — Vista SANBRA Presidente Prudente (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Street View (2023)

Regente Feijó

Composto por grandes galpões construídos entre o período de 1940 e 1950, o complexo de Regente Feijó localiza-se próximo às áreas centrais da cidade e teve seu auge nesse período, encerrando suas atividades em 1995 (Hirao; Faccio, 2016). Hoje em dia, a antiga SANBRA de Regente Feijó encontra-se completamente demolida, dando lugar a um supercenter. Os únicos vestígios visíveis são os restos de marcas da fábrica que ficaram impressos no solo.



Figura 18 — Localização SANBRA Regente Feijó (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Google Earth (2023)



Figura 19 — Vista SANBRA Regente Feijó (2023). **Fonte:** Levantamento Autoral – Street View (2023)

O Caso de Bauru e o Processo Fabril das Indústrias Urbanas

Localizado no interior de São Paulo, na região centro-oeste, o município de Bauru teve seu início ao redor da Igreja de Espírito Santo da Fortaleza, construída em 1859 durante o desbravamento do oeste paulista. Até a década de 1880, não possuía uma formação urbana, sendo considerada uma região inóspita e pouco explorada, composta principalmente por terras devolutas. Nessa época, a região era apenas um pequeno povoado próximo ao córrego das Flores, nas proximidades do rio Bauru (Ghirardello, 2001). Em 1884, Antônio Teixeira do Espírito Santo doou 134 hectares da Fazenda das Flores para a formação de um patrimônio chamado "Bahurú". A região de Espírito Santo da Fortaleza foi oficialmente reconhecida como município pela Lei Estadual nº 69, de 2 de abril de 1887. Posteriormente, tornou-se um distrito pela Lei Estadual nº 209, de 30 de agosto de 1893. No entanto, o território estava dividido, pois enquanto Bahurú crescia demograficamente, Fortaleza estava em decadência (Bastos, 2000).

Somente em 1º de agosto de 1896, a lei estadual nº 428 referendou a transferência da sede da Câmara de Fortaleza para Bahurú. O esvaziamento de Fortaleza, posteriormente denominada Piatã em 1910, foi um fato irreversível que culminou com sua extinção (BASTOS, 2000). Bauru constituía uma vila ainda sem uma definição urbana propriamente dita, conservando em seus aspectos muitas características rurais, com dependência inerente ao produto da terra (agricultura), utilizado para o consumo de subsistência. Na época, era um importante centro agrícola, conhecido por sua produção de café, algodão e outras culturas. A indústria do café começou a se desenvolver tanto na capital quanto no interior paulista (Masseran, 1989 *apud* Bastos, 2000, p. 71).

A história industrial da cidade passou por três fases de industrialização relativamente distintas: a fase agrária-ferroviária (1890-1939); a fase de transição (1940-1960); e a fase industrial marcada pela concentração espacial nos distritos industriais (1961-1990) (Toledo, 2009, p. 67). Bauru teve sua urbanização impulsionada pelo interesse de companhias ferroviárias, como a Estrada de Ferro Sorocabana, em 1904, que estabeleceu uma forte comunicação entre a capital paulista e o interior; a Noroeste do Brasil, em 1905; e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1910. A predominância das linhas férreas determinou o perfil econômico da cidade, mantendo as atividades dos setores

agrícolas, industriais e terciários (Pelegrina & Zanlochi, 1991).



Figura 20 — Estradas de Ferro: Sorocabana, Noroeste e Paulista. **Fonte:** Museu Ferroviário (2017)

Até a década de 1930, o município foi marcado por um intenso processo industrial, com a distribuição dos eixos ferroviários configurando uma nova malha urbana, juntamente com a expansão das indústrias. O crescimento da cidade e a demanda por bens manufaturados impulsionaram o desenvolvimento do setor industrial, principalmente nas décadas seguintes até 1960. Uma das primeiras indústrias a se estabelecer em Bauru foi a indústria têxtil e a indústria de alimentos, ambas utilizando o algodão como matéria-prima (Toledo, 2009).

Em 1932, a cervejaria da Antartica Paulista tornou-se a primeira empresa de grande porte a ser estabelecida na cidade, próxima ao leito ferroviário da Companhia Paulista, juntamente com outras indústrias que se instalaram no centro da cidade (Sobreira & Ribeiro, 2016). No mesmo período, Bauru ganhou destaque nacional com a cultura do algodão, impulsionada pelas empresas IRF Matarazzo e Anderson Clayton, ambas situadas na Vila Antártica (Pelegrina, 2007, p.33).

Em meados da década de 1950, o setor industrial da cidade passou por uma expansão significativa com o estabelecimento de outras grandes indústrias, incluindo empresas de processamento de alimentos, como o Instituto Brasileiro do Café – IBC, criado pela lei 1.779, de dezembro de 1952, que determinava que o patrimônio adquirido pelo Instituto fosse destinado à cafeicultura nacional. O IBC de Bauru estava localizado às margens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e possuía 116 armazéns, para executar uma política econômica para promover o café brasileiro no exterior (Périco; Baron, 2015).

A presença da antiga indústria da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) desempenhou um papel significativo na história industrial e no desenvolvimento econômico da cidade de Bauru. Fundado no início da década de 1950, o complexo

SANBRA, que assumiu o Moinho Santista, tornou-se um dos maiores estabelecimentos industriais da região especializados na extração de óleo de algodão e amendoim. Contava com grandes armazéns, depósitos de óleos, oficina de manutenção, caldeiras, instalações administrativas, refeitório, escola e casas para os funcionários sendo responsável por gerar empregos estáveis e moradias na região (Bastos, 2002). No entanto, o cenário industrial de Bauru mudou ao longo do tempo, e o complexo SANBRA enfrentou desafios que acabaram levando à sua venda e transformação sob diferentes proprietários. Apesar disso, a presença inicial da indústria SANBRA em Bauru deixou um impacto permanente na história local.

Fundada em 1923 no Recife, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (SANBRA) iniciou suas atividades como uma indústria alimentícia especializada no setor de oleaginosas, produzindo óleos comestíveis, margarinas, cremes vegetais, entre outros, a partir do caroço do algodão, mamona, amendoim e soja. Em 1929, a empresa expandiu sua atuação ao investir na produção do óleo inodoro do caroço do algodão, dando origem à linha "Salada" da SANBRA. Com o êxito nas vendas, estabeleceu seu primeiro escritório na capital paulista em 1933 (Centro de Memória BUNGE, 2005).



Figura 21 — Embalagens do óleo de algodão "Salada". **Fonte:** Centro de Memória BUNGE (s/d).

Em um movimento estratégico, em 1944, a SANBRA transferiu sua sede administrativa do Recife (PE) para São Paulo (SP), visando ampliar seus negócios no mercado internacional. Na década de 1940 testemunhou a inauguração de novas fábricas no interior paulista, introduzindo produtos como o óleo de amendoim em 1948 e aprimorando-se com o lançamento da margarina vegetal "Delícia" em 1959 (Centro de Memória BUNGE, 2005).



Figura 22 — Embalagem margarina vegetal “Delícia”. Fonte: Centro de Memória BUNGE (s/d).

Contudo, o cenário do consumo de óleo de soja consolidou-se a partir da década de 1970, impulsionado pela crescente demanda, e a linha "Soya" destacou-se frente aos óleos de algodão e amendoim. Nos anos 1980, a SANBRA direcionou seu foco de marketing para a margarina “Primor”, (foto) à base de soja da SAMRIG (Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandenses), devido à maior rentabilidade desse segmento, deixando de promover ativamente seus óleos de cozinha. Por fim, o Grupo Bunge decidiu consolidar a SANBRA e a SAMRIG em uma única organização, alterando a razão social de ambas para Santista Alimentos S/A. Essa reestruturação concentrou as atividades operacionais no mercado de farinhas de trigo e derivados, encerrando efetivamente as operações das duas empresas em 1994 (Centro de Memória BUNGE, 2005).



Figura 23 — Embalagens margarina “Primor”. Fonte: Centro de Memória BUNGE (s/d).

O complexo industrial da SANBRA chegou a Bauru na década de 1950 como uma filial da Bunge, sendo uma das primeiras indústrias de capital estrangeiro a se estabelecer na cidade. A empresa ocupou uma área construída de 63.000 m² em um terreno total de 360.000 m². Sua entrada principal está localizada ao longo da Rua Felicíssimo Antônio Pereira, 11-87, abrangendo a região entre o Rio Bauru e os antigos eixos ferroviários Sorocabana e Paulista.

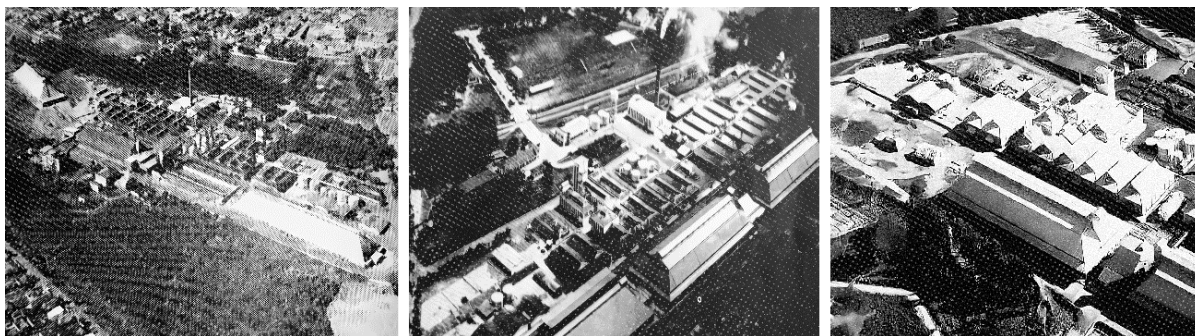


Figura 24 — Fábrica SANBRA de Bauru (1950 - 1970). Fonte: Vários autores (s/d).

A fábrica desempenhou um papel significativo no crescimento do bairro, sendo responsável pelo surgimento e expansão de diversas moradias à medida que os funcionários estabeleciam suas residências na vila. Inicialmente, a empresa concentrava-se na produção de produtos básicos, como farelo e óleo. Posteriormente, ampliou sua gama de produtos para incluir itens processados como algodão, mamona, amendoim e, somente na década de 1970, a soja foi incorporada



Figura 25 — Localização fábrica SANBRA. Fonte: Autoral (2024)

Dada a sua magnitude como uma indústria de grande porte, a fábrica contava não apenas com galpões, mas também com quatro silos horizontais. Além disso, o sino de entrada, que marcava os intervalos e a saída dos trabalhadores, funcionava como um relógio local para os bairros circundantes. A prosperidade da fábrica perdurou até a década em que o processamento da matéria-prima do algodão tornou-se economicamente inviável, resultando no encerramento das operações de sua antiga sede. Seu controle acionário foi posteriormente adquirido pela BUNGE Alimentos, que manteve as atividades até meados de 2006. O iminente encerramento da antiga fábrica representou um marco no processo de declínio fabril de Bauru.

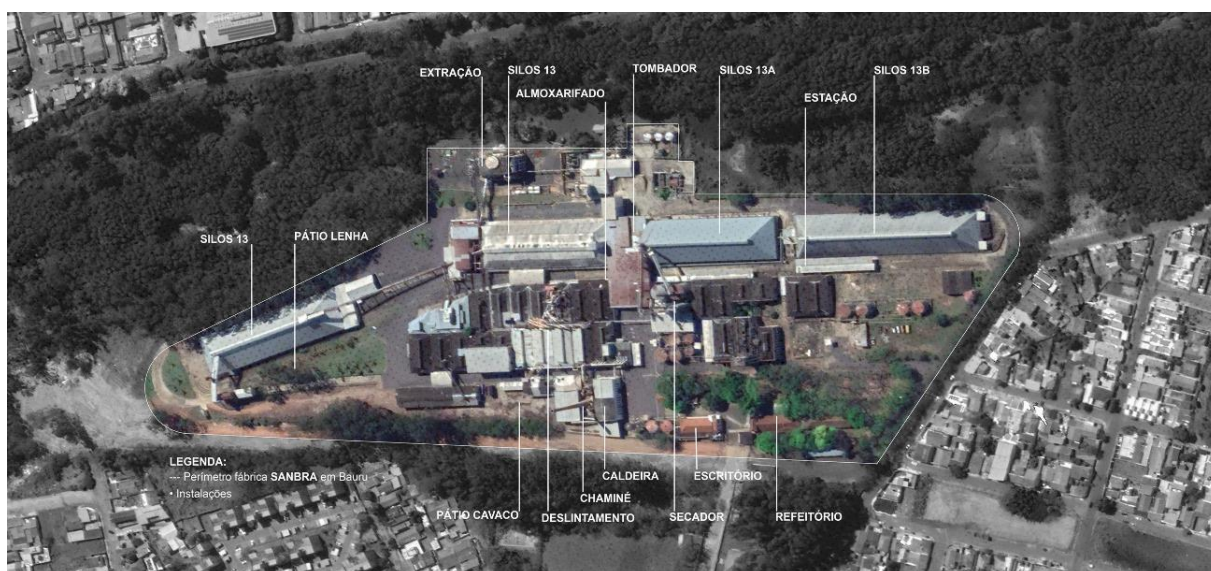


Figura 26 — Vista aérea fábrica SANBRA. Fonte: Autoral (2024)

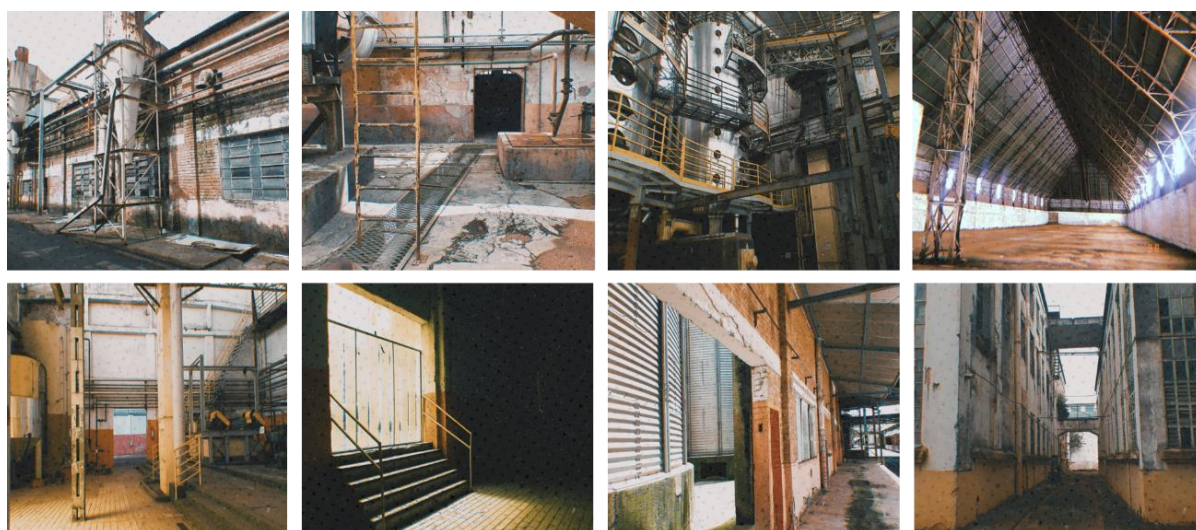


Figura 27 — Vista interna fábrica SANBRA. Fonte: Acervo Pessoal (2020)

Mais tarde, o impacto desses complexos industriais no centro da cidade levou à criação do primeiro Distrito Industrial de Bauru em 1963. Após, a década de 1980, surgiu o Distrito Industrial II, e no final da década de 1990, o Distrito Industrial III, justificando a necessidade de proporcionar um local "mais adequado" para esse tipo de instalação (Sobreira; Ribeiro, 2016). Bauru sentiu essas mudanças logo nos anos 1980 e 1999, com o IBC sendo extinto em 12 de abril de 1990 pela lei 8.029 116, a cervejaria Antártica sendo completamente demolida em 2010, e a empresa da SANBRA sendo vendida para a Ceval Alimentos em sociedade com a empresa Bunge em 1997, e posteriormente para a Sina indústria em 2008. Em razão disso, a desconcentração industrial no centro da cidade influenciou diretamente no declínio dessas empresas. Consequentemente, essas fábricas que atendiam à agroindústria e ao transporte ferroviário tornaram-se extensões lineares de vazios urbanos e restos industriais ao longo da extensão ferroviária das estradas de Ferro Sorocabana, Noroeste e Paulista.

Em conclusão, o impacto das empresas pioneiras, como a Antártica Paulista e a SANBRA, na vida da cidade é evidente, tanto no panorama econômico quanto na configuração do espaço urbano. O surgimento e declínio dessas indústrias deixaram vestígios físicos e imateriais que se entrelaçam com a história e memória de Bauru. As ferrovias, que foram fundamentais para o desenvolvimento, e os distritos industriais, criados como resposta às mudanças no cenário econômico, são testemunhas dessa trajetória. No entanto, a história de Bauru também é marcada por desafios e transformações, exemplificados pelo declínio de importantes empresas industriais e pela reconversão de áreas antes ocupadas por complexos industriais. A preservação desses vestígios torna-se essencial para a compreensão da identidade da cidade e para a valorização do seu patrimônio histórico.

CAPÍTULO II

ROSTOS DO TERRITÓRIO

A base deste capítulo está centrada nas narrativas orais que abordam a história da antiga fábrica SANBRA de Bauru. A condução das entrevistas não apenas proporcionou o entendimento da trajetória da empresa, mas também permitiu a análise das relações de pertencimento àquele espaço fabril. Utilizou-se a metodologia de História Oral, por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas em duas etapas: inicialmente com moradores próximos da fábrica e, posteriormente, com ex-funcionários da empresa. Nos dois grupos, os entrevistados compartilharam depoimentos sobre a fábrica durante os períodos de atividade e suas conexões atuais com o local. O número total de entrevistas realizadas foi de oito, sendo quatro com moradores da região e quatro com antigos funcionários da SANBRA. O objetivo dessas entrevistas foi explorar as diversas narrativas sobre o passado e o presente em torno da ruína industrial

Assim, ao adentrar nas complexidades das experiências compartilhadas pelos entrevistados, o objetivo foi não apenas reconstruir a história da fábrica, mas também destacar como a memória se entrelaça com a identidade individual e coletiva, influenciando a percepção contemporânea da ruína industrial. Ao explorar essas camadas, este segundo capítulo concentra-se nos rostos que conferem identidade ao espaço fabril.

A Valoração da Memória pela História Oral

Nery (2015) destaca que a conexão entre a história e a memória se torna extremamente significativa quando narrada por alguém. Durante esse processo, ocorre uma reconstrução do fato a partir da remodelagem da memória. O narrador delinea aquilo que deseja que as pessoas saibam e como gostaria de ser percebido por meio de sua própria narrativa. Assim, ao contar e recontar suas histórias, as lembranças do passado passam por uma constante atualização, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da recordação desses eventos ao longo do tempo (Nery, 2015, p. 49).

O mesmo acontece com a História Oral, que, antes de tudo, representa "a interpretação da história e das sociedades e culturas mutáveis através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências" (Thompson, 2009, p. 09). Trata-se de um método essencialmente interdisciplinar e de pesquisa que se dedica à coleta e preservação desses relatos e testemunhos pessoais, frequentemente realizados por meio de entrevistas gravadas. Este método abrange tanto a compreensão e interpretação das vidas individuais quanto a análise das sociedades em uma escala mais ampla. Em outras palavras, a História Oral une simultaneamente a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa, buscando capturar depoimentos de diversos grupos de pessoas e discutir questões fundamentais relacionadas à interpretação e significado dos testemunhos orais (Thompson, 2009, p. 13).

O trabalho da História Oral, portanto, reside no fascínio gerado pela experiência vivida pelo entrevistado. As entrevistas se tornam, assim, um meio de divulgação sobre o que aconteceu, destacando o mérito e a responsabilidade de quem colhe, interpreta e compartilha esses relatos. Por esse motivo, é necessário compreender que a entrevista não representa o passado, mas sim toda uma consciência do tempo (Alberti, 2010, p. 170). Isso se deve ao fato de que: "toda narrativa tem um conteúdo de passado; contudo, é preciso distinguir a memória individual da coletiva" (Meihy, 2005, p. 61). Em suas palavras:

O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces (Meihy, 2005, p. 61).

Sobre o caráter singular da memória, Portelli (1997) destaca que é um processo individual que ocorre em um meio socialmente dinâmico, valendo-se de ferramentas coletivamente compartilhadas. Mesmo que a memória seja sempre moldada pelo meio social, o ato de lembrar e a arte de pensar jamais deixam de ser profundamente pessoais (Portelli, 1997, p. 16). Assim, cada lembrança, ao ser resgatada e recriada, reflete não apenas a influência do ambiente social, mas também a subjetividade e singularidade do indivíduo,

tornando a experiência mnemônica um intricado entre as influências coletivas e a autenticidade pessoal.

Autores como Joel Candau, dedicado à compreensão da complexidade da memória social, descrevem que vivemos na era do “mnemotropismo”. Para Candau (2021), o mnemotropismo encontra sua origem na “crise do presentismo” — na qual os eventos históricos são analisados a partir da perspectiva e valores contemporâneos, muitas vezes resultando em uma leitura anacrônica do passado. Em outras palavras, ocorre quando há interpretações de eventos históricos com base em valores e conhecimentos atuais, em vez de levar em consideração o contexto histórico em que esses eventos ocorreram. O autor ainda ressalta que a concepção da memória é, sobretudo, “uma construção continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo” (Candau, 2021, p. 09). Dessa forma, a memória pode ser reinterpretada, reorganizada e influenciada por diversos fatores, como emoções, eventos subsequentes, perspectivas, influências sociais, objetos pessoais e até mesmo experiências sensoriais.

No processo de formação da memória sensorial, Candau (2021) observou as diversas reações relativas aos sentidos. A incorporação da experiência sensitiva se combina com sua descrição verbal, originando-se de um caos sensorial que possibilita identificar as interseções entre os diversos sinais olfativos, auditivos, visuais, táteis e gustativos. Essa abordagem contribui para a construção de uma linguagem empírica na qual esses estímulos estão intrinsecamente ligados à sensorialidade (Candau, 2021). Para a pesquisa de história oral, há inúmeros elementos contributivos provenientes da memória sensorial, extraídos das lembranças das pessoas que revisitam esses estímulos perdidos e o significado que um dia tiveram. Por exemplo, essas experiências podem ser recuperadas em entrevistas temáticas que exploram o passado fabril de determinados patrimônios industriais.

No texto *“Paisagens sonoras: memórias de uma cidade fabril”*, as autoras (Nery & Ferreira, 2024) exploram como a paisagem industrial, rememorada por antigos trabalhadores e moradores da cidade de Rio Grande, RS, é resgatada por meio da memória sonora presente nos apitos de duas antigas fábricas têxteis: a Rheingantz e a Ítalo-brasileira. O estudo destaca o papel crucial que os estímulos sensoriais desempenharam na construção da memória e identidade da cidade fabril de Rio Grande (Nery & Ferreira, 2024). Ao

considerar essas linguagens empíricas e seus processos históricos, durante a coleta de registros sensoriais, as autoras ponderam:

Nesse contexto, o apito da fábrica, originalmente concebido para uso fabril, transforma-se em um marcador de ritmos e temporalidades produzidos na esfera social. É importante refletir sobre os desafios que tais objetos impõem ao pesquisador, dentre os quais está o risco de desconsiderar o caráter dinâmico e seletivo da memória (Nery & Ferreira, 2024, p. 26).

Afinal, recuperar a trajetória fabril implica considerar a narrativa memorial como um dos prismas pelos quais podemos resgatar o contexto histórico, social e cultural no qual o patrimônio industrial está inserido. Isso se traduz na concepção da memória instaurada no conjunto das relações entre indivíduos e sociedade, visando transformar-se em um elemento de coesão e identidade revelado numa dimensão mais profunda e emocional, inacessível por meio de fontes institucionais (Nery & Ferreira, 2024, p. 24). Essa dimensão pode ser comparada a uma imagem captada por um ângulo cuja base é o indivíduo e sua percepção sensorial, a qual, no entanto, não se restringe a uma particularidade absoluta. Ao buscar reproduzir esses estímulos do corpo físico, a memória nos conduz a um cenário fabril que se expande em múltiplas direções, integrando-se ao espaço urbano e social no qual está inserida (Nery & Ferreira, 2024, p. 25).

Nesse contexto, o lugar se projeta na cidade com uma dupla morfologia, abrangendo aspectos materiais e sociais que se manifestam em diversas camadas da malha urbana. Paradoxalmente, a cidade também é composta por espaços desabitados, configurando um inventário de restos urbanos. O desafio de recuperar e intensificar as capacidades de integração e participação na cidade, que frequentemente parecem quase inteiramente desaparecidas, reside na reivindicação da identidade urbana (Lefebvre, 2010). Essa prática está frequentemente associada à habilidade de reconhecer o potencial em espaços que podem ser ignorados ou considerados "invisíveis", podendo ser aplicada por meio da participação ativa da comunidade, como uma abordagem mais abrangente do espaço urbano.

Partindo desse pressuposto, o programa "Memória Para Todos", liderado pela historiadora portuguesa Maria Fernanda Rollo, conta com a participação e o envolvimento ativo por meio de práticas colaborativas que estimulam a investigação e a construção do conhecimento pela partilha de memórias. O programa empenha-se na

promoção do estudo, organização e disseminação do patrimônio histórico e cultural, com o intuito de valorizar as narrativas de vida, testemunhos orais e as comunidades locais (Rollo, 2020, p.36). Esse tipo de prática colaborativa “(...) aplica várias metodologias, associadas às ciências documentais, à história, à museologia, ao patrimônio, às ciências sociais em geral, devendo-se salientar as práticas de história oral (...)”, e, em específico, as metodologias de envolvimento comunitário, dinamização social e produção de conhecimento (Rollo, 2020, p.37).

Preservar a memória demanda abordagens variadas, sendo essas escolhidas conforme o contexto e os objetivos específicos do estudo. Nesta pesquisa, a metodologia de História Oral adota a coleta e registro de depoimentos de indivíduos que se conectam coletivamente ao presente e simbolicamente ao passado, com o propósito de reunir diversas narrativas e compreender as implicações, sejam sensoriais ou afetivas, relacionadas à antiga fábrica SANBRA. Essa abordagem não apenas documenta fatos históricos, mas também tece experiências pessoais e coletivas, contribuindo para uma compreensão mais profunda e significativa do patrimônio industrial e da identidade da comunidade envolvida.

Em linhas gerais, a história oral é uma ferramenta que facilita a coleta e preservação de fontes históricas. Esse processo é conduzido por meio de entrevistas gravadas com pessoas que possuem conhecimento direto ou experiências pessoais relacionadas ao objeto de estudo. O procedimento abrange várias etapas, como identificar o escopo e o propósito do projeto, preparar um roteiro de entrevista, gravar e documentar os depoimentos, transcrever e analisar o material coletado, e, por fim, interpretar e apresentar os resultados. Thompson (2009, p.16) destaca quatro temas principais abordados na pesquisa com história oral: vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais e conexões por vidas. Em primeiro lugar, as 'vozes ocultas' referem-se a histórias de vida de interesse histórico e social daqueles que vivem à margem, cujas vozes frequentemente não são documentadas nos registros convencionais. Em segundo lugar, as 'esferas ocultas' revelam aspectos da vida de pessoas raramente representadas nos arquivos históricos. Em terceiro, os 'mitos e tradições orais' são considerados instâncias da constituição social da memória. Por fim, as 'conexões através de vidas' unem as informações da história de vida com o contexto da história oral numa narrativa que faz sentido para ambos os

processos (Thompson, 2009). Esses temas destacam a importância de reconhecer e valorizar as diversas perspectivas e experiências presentes nas narrativas orais, enriquecendo a compreensão histórica e social.

Em vista disso, realizar entrevistas com pessoas ligadas à trajetória da fábrica SANBRA contribui com narrativas que possibilitam uma compreensão mais detalhada da história fabril de Bauru. Muitas vezes, as histórias e experiências vividas não são devidamente registradas. Portanto, as entrevistas oferecem a oportunidade de capturar essas histórias não documentadas, preenchendo lacunas na preservação. Ao entrevistar pessoas associadas ao passado fabril, a metodologia de História Oral permite a inclusão de diversas perspectivas, enriquecendo a compreensão do patrimônio industrial ao proporcionar a contextualização do passado e o entendimento da ruína. Pode revelar elementos de eventos culturais e sociais, proporcionando uma compreensão mais profunda da cultura organizacional e do impacto da fábrica na comunidade local. Além disso, ao envolver a comunidade na coleta de histórias orais, as entrevistas promovem um senso de pertencimento à história fabril, possibilitando a transmissão da consciência desse bem industrial por meio da revivência da memória.

Narrativas Orais e a Construção da Memória Fabril

As narrativas orais são uma forma viva de documentar a história industrial e tornam-se parte da cultura fabril. Para esta pesquisa, buscou-se entender de que maneira ocorre a complexa relação entre as diferentes narrativas orais e a construção da memória da SANBRA no contexto do bairro inserido. A coleta de dados ocorreu por meio de fontes orais, utilizando a técnica de entrevista temática semiestruturada. As entrevistas abordaram questões voltadas às lembranças do trabalho e às memórias presentes nas narrativas de moradores e antigos trabalhadores da fábrica SANBRA de Bauru.

Durante a entrevista com antigos trabalhadores da fábrica SANBRA, o primeiro entrevistado foi Francisco Neto, de 72 anos. A entrevista foi realizada na fábrica SANBRA no dia 24 de outubro de 2023, onde descreveu em detalhes sua longa trajetória na empresa. Originário de Paulistânia, Francisco mudou-se para Bauru em busca de oportunidades de trabalho, onde ainda cumpre sua função como vigilante da fábrica, mesmo que inoperante. Ingressando na SANBRA em 1971, sua jornada começou na

recepção de grãos de algodão, onde descreve com detalhes o árduo processo de descarregar manualmente os vagões carregados. Recordando os dias em que descarregava manualmente vagões cheios de algodão, seu Chico lembra:

Eu compartilho a minha trajetória... a minha trajetória foi boa aqui. Graças a Deus. Ingressei na SANBRA em 1971, na recepção de grãos que processavam o algodão naquela época. Nós recebíamos o algodão, o caminhão descarregava ali no tombador. E então chegava o outro com as gôndolas e o vagão — gôndola é aberta e vagão é fechado. Então, paravam entre 50 e 40 vagões e a gente pegava um 'garfo', subia lá e descarregava manualmente (Neto, 2023).

O aspecto da memória do trabalho é ressaltado quando Francisco compartilha sobre a rotina marcada por três distintos turnos: começava às 06h da manhã e encerrava às 14h; o da tarde, começava às 14h e terminava às 22h; e, por fim, o horário noturno iniciava às 22h e concluía às 6h da manhã. Segundo Francisco, a empresa contava com um plano de carreira, que permitia a progressão na empresa para cargos superiores, onde começou como operador e chegou a ocupar o cargo de encarregado geral da fábrica, passando por diversas mudanças tanto em termos de cargo quanto de salário. Francisco testemunhou as mudanças nos cargos e salários ao longo do tempo, enfatizando a importância do investimento educacional dos funcionários proporcionado pela própria empresa:

Bom, aqui é uma escola, né? Aprendi muita coisa. As pessoas estudam na teoria, mas a prática aqui é importante. Muita gente aprendeu aqui. Todos que passaram por aqui ficaram bem na vida. Além disso, a empresa disponibilizava uma escola noturna para os funcionários, onde podiam realizar provas no colégio Stella Machado (Neto, 2023).

A fábrica não era apenas um local de trabalho, mas uma comunidade com estrutura física e atividades sociais. A empresa oferecia cantina, salão de festas, campo de futebol e assistência médica. Francisco relembra com carinho as festividades de Natal, aniversários e formaturas do supletivo. Ressaltou também que a fábrica era predominantemente composta por homens, enquanto as mulheres, trabalhavam apenas no manuseio da costura dos sacos de algodão e amendoim:

Os sacos vazios eram armazenados no depósito com o granel, e as mulheres realizavam a seleção e o manuseio da sacaria. Retiravam os sacos em bom estado, e se houvesse danos, costuravam-nos para devolver ao fornecedor (Neto, 2023).

Ao descrever os processos de produção do algodão, Francisco relata os desafios enfrentados no processo de produção de algodão, pois o trabalho com algodão era mais desafiador em comparação com o amendoim. Ele descreve: “[...] o algodão era bastante perigoso; a mão de obra era individual e muito pesada. Havia uns eixos de ferro que separavam as fibras do caroço. Se você descuidasse por um instante, esses eixos podiam pegar a sua mão” (Neto, 2023).

Em certo momento, relatou também ter se acidentado: “A única coisa que chegou a acontecer comigo foi perder uns dois dedos, só, mas não foi nada, não” (Neto, 2023). Apesar disso, ressaltou que os encarregados usavam calças de tergal e camisas de poliéster, sendo os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) obrigatórios. Isso incluía óculos de segurança, máscara e luvas, sem os quais não era permitido trabalhar.

Francisco também explicou como o trabalho era pesado, destacando que a maioria das máquinas era importada, como o maquinário e a caixa de equipamento de produção de farelo. Existiam dois tipos de farelo: tipo A e tipo B, podendo ser moído ou a granel. Era necessário ter mais de um tipo de farelo do algodão, e ele ainda ressaltou que nada era desperdiçado:

No caso do farelo de soja, a produção era de 980 toneladas, sendo 10% de óleo e o restante, farelo. Já ao esmagar 300 toneladas de caroço de algodão, obtinha-se 20% de óleo e o restante, fibra. Havia três produções: óleo, fibra e farelo (Neto, 2023).

A transição da fábrica para a inoperância é abordada com descontentamento por Francisco. Quando questionado sobre o estado atual da fábrica, Francisco reforçou às reclamações recebidas na época: “O pessoal aqui foi o principal responsável pelo fim da fábrica. Qualquer fumaça que saísse da chaminé da caldeira, eles reclamavam, não deixavam a gente fazer nada [...] isso aqui (a fábrica) fechou por causa deles” (Neto, 2023). Além disso, devido ao fato de que o apito da sirene marcava os horários dos turnos, a vizinhança na época estava incomodada com a sonoridade proveniente da fábrica. Francisco compartilhou que, em particular, a administração da empresa recebia muitas reclamações sobre o som da sirene e o cheiro da fumaça proveniente da chaminé. Na sua visão: “Eles reclamaram de tudo até fechar. Agora estão preocupados porque ainda estamos aqui e o restante não fechou” (Neto, 2023). Portanto, atribui parte da

responsabilidade à vizinhança, mencionando reclamações sobre fumaça e a sonoridade. Esses conflitos contribuíram para o fechamento da fábrica, conforme sua perspectiva

Ao final da entrevista, Francisco expressou sua tristeza diante da situação de abandono, mas também o orgulho por sua dedicação ao longo dos anos: “Fico triste por estar abandonado, mas feliz por estar bem cuidado. Agora, que está parado, sinto ainda mais tristeza, mas também satisfação por fazer o que é possível” (Neto, 2023). Apesar da saudade, seu Chico ressalta:

Eu nutro um profundo amor por este lugar, motivo pelo qual persisto na minha dedicação. Ingressei aos 19 anos, sem qualquer formação educacional, mas ao longo do tempo, concluí o primeiro grau e permaneci aqui. Durante essa jornada, construí a vida de todos os meus filhos e netos” (Neto, 2023).

Para Francisco, os outros antigos trabalhadores que saíram da fábrica também eram tão apaixonados quanto ele. "A gente viveu aqui, né? Momentos bons, momentos ruins... É igual a um casamento, na alegria e na tristeza, até que a morte nos separe. Enquanto eu estiver aqui, lutarei por isso aqui. Tenho orgulho"(Neto, 2023). E conclui: "Fui até o fim com ela, eu acho que não devo ser muito ruim, né? Estou há 53 anos aqui. Alguma coisa eu fiz de bom, né?" (Neto, 2023).



Figura 28— Funcionários da SANBRA. **Fonte:** Acervo Francisco Neto (2023)

Com uma trajetória por sua dedicação ao trabalho na empresa. A afeição de Francisco pela fábrica ao longo de 53 anos testemunha sua relação sólida com a história da SANBRA. Francisco não enxerga a fábrica como ruína, justamente porque sua memória é ativa, visto que atua como guardião da fábrica até hoje. Por isso, em sua narrativa, personifica não apenas a história da fábrica, mas a resiliência e o comprometimento que moldaram sua história de vida.



Figura 29 — Foto Francisco Neto. **Fonte:** Acervo Pessoal (2023)

Ao explorar as conexões familiares entre os trabalhadores da antiga fábrica SANBRA, foram realizadas entrevistas com Valdir Rodrigues e Carlos Marinho, ambos primos de Francisco Neto. As entrevistas foram conduzidas em 20 de janeiro de 2024 no estabelecimento comercial "Paulinho", situado nas proximidades da fábrica SANBRA.

Diferentemente de seu Chico, Valdir Rodrigues iniciou seu trabalho na SANBRA na manipulação da caldeira a vapor. "Eu entrei em 1980 e permaneci até os anos 2000. Após a minha saída, a Ceval Alimentos foi inaugurada, e quando retornei, a empresa já era a Sina Indústria"(Rodrigues, 2024). Ao descrever sua rotina na fábrica, Valdir explicou que trabalhava em três turnos em dias diferentes e que o trabalho era bastante exigente devido à operação da caldeira, especialmente quando era necessário queimar lenha para aquecer a água. Apesar da intensidade do trabalho, para Valdir, a SANBRA era: "[...] o melhor emprego que já tive na vida... lá tinha tudo! Contava com Unimed, barbeiro e restaurante no pátio, e não pagava nada. Lembro-me da fábrica e de todos os amigos" (Rodrigues, 2024).

Os relatos de Valdir Rodrigues sobre sua experiência na SANBRA destacam não apenas as exigências e desafios inerentes ao trabalho na operação da caldeira, mas também a profunda apreciação que ele nutria pela empresa. A descrição da SANBRA como o "melhor emprego" ressaltou não apenas a importância econômica, mas também os aspectos sociais e de bem-estar que a fábrica proporcionava aos seus trabalhadores. Em relação à interação da fábrica com a vizinhança, contou sobre as divergências causadas pelas cinzas da chaminé:

Quando a SANBRA começou, estava longe da cidade. Depois que as casas vieram para cá foram se aproximando da firma, e começaram a reclamar de problemas de poeira, alegando que o pó ia nas residências. Então, eles ligavam para a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), e a fábrica recebia multas (Rodrigues, 2024).

De modo geral, os impactos da evolução urbana na interação da fábrica com a vizinhança e o distanciamento inicial da cidade, seguido pela expansão residencial, revela um cenário de mudanças na dinâmica urbana. As divergências causadas pelas cinzas da chaminé, com reclamações e multas, sublinharam as tensões entre o desenvolvimento industrial e as preocupações ambientais da comunidade.

Em última análise, a história de Valdir oferece uma reflexão sobre como as fábricas em áreas urbanas enfrentam desafios à medida que as cidades evoluem. O testemunho de Valdir ressoa como uma crônica pessoal inserida em um contexto mais amplo de sua narrativa, destacando a complexidade das relações entre trabalho, indústria e comunidade.

Carlos Marinho, ex-funcionário da SANBRA e primo de seu Chico e Valdir, relatou que ingressou na empresa em 07 de janeiro de 1977 aos 19 anos, como ajudante de caldeira. Ao longo do tempo, progrediu para o cargo de operador e, posteriormente, assumiu a responsabilidade pelo controle da caldeira e pelo tratamento de água.

Trabalhei na empresa de 1977 a 1991, mas fui mandado embora porque frequentei uma reunião do Sindicato! Depois me denunciaram, o que resultou na minha demissão. Após sair em 1991, comecei a trabalhar na Tilibra, onde permaneci por 21 anos, depois aposentei, e agora estou sossegado (Marinho, 2024).

Lembrando de detalhes sobre a fábrica SANBRA na época em que ele trabalhava lá, Carlos mencionou que, naquele tempo, a SANBRA tinha 1200 funcionários, sendo a principal produção o refinamento do óleo de algodão e soja. Porém, alertou sobre a impureza envolvida no óleo durante o processo, ressaltando: “Até hoje, eu falo para minha esposa: a coisa mais suja do mundo é o óleo! Tinha um filtro onde passavam os ratos, gambás e sei lá mais o quê!” (Marinho, 2024). Para ele, isso ocorria porque o óleo produzido pela SANBRA de Bauru seguia para São Paulo para ser refinado, porém era “contaminado” antes de chegar ao mercado. Além disso, por estar sempre em contato com a caldeira, Carlos contou também que o seu trabalho afetava a vizinhança: “Como tinha a chaminé, saía a fuligem e espalhava no bairro... Só que eu ia fazer o que? Eu trabalhava lá e tinha que mandar o vapor para o solvente, para o farelo e para a refinaria” (Marinho, 2024).

Quando questionado se testemunhou algum acidente na fábrica, relatou: “comigo nunca aconteceu nada, mas houve três acidentes. Isso porque a gente jogava lenha e tinha que limpar a caldeira no outro dia, que era um forno. Aí, quando jogaram água, deu vapor e queimou”. “[...] tive também meu colega que perdeu o braço quando foi fazer a mecânica na rosca e o carpinteiro que caiu da chaminé [...]” (Marinho, 2004). Carlos ainda recordou sobre o trágico caso do engenheiro Célio Daibem. “[...] Daibem não era do meu tempo, mas faleceu no farelo. Ele foi fazer a solda, aí explodiu. Por isso existe a Rua Célio Daibem próximo à SANBRA” (Marinho, 2004).

Nascido em Bauru em 1943, Célio era ferroviário na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e ingressou na SANBRA na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes como “Operário Padrão” da SANBRA pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Em um concurso do SENAI, Célio ganhou uma bolsa de estudos para especialização em engenharia mecânica, a ser feita em Osnabruck, na Alemanha. No entanto, no mesmo ano, em 22 de maio de 1968, foi vítima de uma explosão nas máquinas da SANBRA. Na época, o Prefeito Nuno de Assis e a Câmara Municipal de Bauru homenagearam a família com o nome da Rua Célio Daibem, em substituição à antiga R. Val de Palmas (Diário Oficial de Bauru, 2007, p.23).

Apesar das críticas sobre a segurança do trabalho e manuseio de materiais, elogiou o apoio que a empresa oferecia aos funcionários, proporcionando cursos, supletivos, aulas de segurança do trabalho e celebrações de final de ano. Para ele: “[...] lá era só festa! No

dia do 1º de maio, tinha churrasco, e ainda ganhávamos uma bolsa para presentear as crianças. Os patrões eram ótimos! E os colegas eram todos gente boa!” (Marinho, 2024).

Mas uma coisa que sinto falta é do desemprego! Quando entrei, havia 1200 funcionários, e hoje está fechado. Eram todos funcionários daqui do bairro. Na época, a SANBRA era referência! Enquanto na SANBRA eu recebia três salários-mínimos, na Tilibra era um! Aí, quando eu saí em 91, a Tilibra passou a pagar cinco (Marinho, 2024).

Em um determinado momento, Carlos mencionou que no local onde a entrevista estava sendo realizada passava a antiga ferrovia Paulista, que atravessava a fábrica saindo por toda a extensão do bairro. No entanto, teve um breve contato com a ferrovia, lembrando que no mesmo ano em que ingressou na década de 70, a Paulista havia sido desativada. “Os vagões costumavam buscar carga de algodão da SANBRA e enviavam até Piratininga. “[...] Eu lembro também dos silos, da chaminé, do acidente... Lembro de tudo daquela época!” (Marinho, 2024).



Figura 30— Vista antiga passagem da Paulista. **Fonte:** Acervo pessoal (2023)

Sobre suas impressões acerca do encerramento da fábrica, ele refletiu sobre o impacto atual da SANBRA no bairro, argumentando que deveria haver uma nova apropriação do espaço:

Na minha visão como morador da Vila, acredito que seria melhor demolir tudo aquilo e construir um condomínio, porque está localizado na cidade. Se a fábrica voltasse a funcionar hoje e a fumaceira e fuligem também retornassem, como as pessoas poderiam viver aqui? A SANBRA chegou a instalar um dispositivo na caldeira para evitar a liberação de fuligem, mesmo assim não tinha jeito. Penso que, para a Vila, a SANBRA está no lugar errado! (Marinho, 2024).

A evocação vívida de Carlos Marinho sobre as condições de trabalho na fábrica, suas memórias, os desafios ambientais, incluindo acidentes trágicos, compõem um retrato sobre a SANBRA. Suas críticas sobre a segurança no trabalho, embora evidenciem preocupações legítimas, contrastam com o apreço pelas pela empresa. Essa dualidade, destaca a complexidade das relações entre trabalhadores e empregadores. Carlos também expressa uma perspectiva pragmática sobre a utilização futura do espaço. Suas preocupações ambientais e o impacto na qualidade de vida dos moradores refletem a interseção entre a história industrial e o desenvolvimento urbano.

Através das narrativas de Carlos Marinho, seu Chico e Valdir Rodrigues, podemos compreender as nuances das conexões familiares que permeavam os trabalhadores da extinta fábrica SANBRA. O cenário desses encontros revelou não apenas memórias individuais, mas também proporcionou uma visão coletiva das experiências compartilhadas por membros de uma mesma família que desempenharam papéis distintos na trajetória da empresa. As histórias compartilhadas nesse contexto contribuem para uma compreensão mais abrangente na vivência laboral junto à construção da memória fabril.

Por fim, o último trabalhador a ser entrevistado foi Pedro Santos. Apesar de ter sido entrevistado no mesmo local que Carlos e Valdir, Pedro não tinha nenhuma relação de parentesco com eles, nem com seu Francisco. Ele compartilhou que trabalhava na SANBRA no serviço de manutenção dos maquinários durante o final de ano, em um período no qual a fábrica encontrava-se fechada e sem produção. Pedro explicou que, na época, não residia na Vila, mas que atualmente vive na região há 20 anos e ressalta:

Conheço a história da SANBRA há muito tempo, pois prestava serviços para a fábrica. Eu sempre gostei de história! Essa fábrica já faz parte da história de Bauru; para esta região, foi muito importante também, talvez nem existisse este bairro. Eu torcia para que ninguém mexesse na fábrica. Gostaria que construíssem pelo menos um parque, para lembrarmos o porquê de a fábrica estar lá. [...] A SANBRA foi muito importante para Bauru (Santos 2024).

Para Pedro, essa ressignificação do espaço da SANBRA no bairro seria importante para a fábrica ser lembrada. Além disso, menciona como as residências pertencentes à empresa eram muito bonitas, sugerindo que poderiam construir moradias ou uma área de lazer

com as árvores presentes no local. Sua sugestão de criar moradias ou uma área de lazer com as árvores remanescentes revela uma preocupação não apenas com o patrimônio industrial, mas também com a preservação do ambiente e da estética que compunham o entorno da SANBRA.

Pedro também lembrou dos torneios no campo de futebol na fábrica: "saiu até jogador de futebol famoso de lá! O time da SANBRA era conhecido. Os jogos eram abertos para todos do bairro e ocorriam na fábrica. [...] O melhor seria reativar o campo de futebol e fazer escolinha para as crianças (Santos, 2024). A evocação dos torneios de futebol na fábrica, destaca a importância das tradições esportivas que marcaram a comunidade. Pedro relembra:

Tem uma história aqui em Bauru de que o Pelé vinha para cá e jogava no time da SANBRA. Ele começou jogando no campinho do Dinho, perto da rua por onde desciam os caminhões da SANBRA antigamente. Aí, viram o talento dele [...]. Dizem também que, quando ele vinha para cá, pegava os amendoins, torrava e vendia (Santos, 2024).

Em seu depoimento, relata que na época da SANBRA havia poucas casas, pois o acesso era difícil até mesmo a uma das principais avenidas de Bauru, a Avenida Comendador José da Silva Martha, que ainda não existia sendo construída posteriormente. "Havia uma rua de paralelepípedos que seguia até a SANBRA; depois, era tudo terra. Até hoje, aquele paralelepípedo está enterrado, e o asfalto está por cima" (Santos, 2024). Para Pedro, o acesso à fábrica era bastante complicado naquela época. No entanto, atualmente, não é mais, pois: "[...] o bairro está quase próximo do centro da cidade, e a SANBRA se tornou um ponto de referência para todos em Bauru. Quem nunca veio para cá até pergunta: o que é aquela chaminé ali?" (Santos, 2024). E ele recorda:

Lembro também que passava a linha do trem, que encerrou em 1974; a rua parava por aqui, antes era tudo terra. Na mesma época, havia algumas árvores de sibipiruna plantadas perto da fábrica. Quiseram até tentar cortar, mas não conseguiram porque todos protestaram. Este bairro tem muita história, tudo devido à SANBRA (Santos, 2024).

As reminiscências compartilhadas por Pedro Santos evidenciam como a existência do bairro pode estar intrinsecamente ligada à presença da fábrica, ressaltando não apenas sua dimensão econômica, mas também seu papel fundamental na construção da identidade comunitária. Esses elementos estão entrelaçados com a história da fábrica, e a

chaminé emerge como um significativo marco histórico para Bauru. Ao abordar a possibilidade de ressignificação do espaço da SANBRA, a proposta de transformar o local em um parque ou área de lazer revela um desejo sincero de manter pulsante a narrativa da SANBRA, proporcionando à comunidade um espaço para reflexão e aprendizado acerca do passado da cidade. Assim, as ideias e perspectivas apresentadas por Pedro Santos ressoam como um apelo à valorização e preservação da memória coletiva.

Podemos compreender, por meio destas quatro entrevistas, a ligação afetiva e histórica desses trabalhadores com a fábrica. Assim, as narrativas dos entrevistados evidenciam a memória industrial do trabalhador fabril e as lembranças, experiências e vivências desses indivíduos envolvidos na trajetória da SANBRA. Essas memórias abrangem diversos aspectos, incluindo as condições de trabalho, as relações interpessoais no ambiente fabril, os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e a relação do trabalhador com a própria fábrica. Portanto, ao explorar a memória industrial do trabalhador fabril, busca-se compreender não apenas os aspectos práticos do trabalho em uma fábrica, mas também as dimensões emocionais e sociais que moldam a experiência desses indivíduos com o patrimônio industrial.

Durante a entrevista com a moradora Ivete Borges, nascida em Araçatuba (São Paulo) sobre sua primeira lembrança em relação à fábrica, ela relatou que não se acostumava com o cheiro da fumaça e que havia muitas reclamações em relação à chaminé. Segundo a entrevistada: “Ficava no ar aquele cheiro ruim. Muita gente não comprou terreno aqui e jogou a casa fora por causa desse cheiro, mas agora não tem mais” (Borges, 2023). Apesar disso, Ivete expôs que gostava da movimentação que a fábrica trazia para o bairro:

Havia mais de cem funcionários. Nossa, como era movimentado! Essa rua aqui era só de caminhoneiros. [...] O bairro tinha uma vida. Você via os funcionários todos uniformizados. A turma saindo por aquele portão, entrando, de bicicleta, de moto, dava para você contar. Era muita gente pobre, humilde que trabalhou lá (Borges, 2023).



Figura 31 — Residência de Ivete Borges. **Fonte:** Acervo pessoal (2023)

Quanto às impressões de Ivete sobre a possível atribuição de usos ao complexo, ela afirmou que: “Ficaria contente se fizessem um condomínio fechado, ao valorizar mais” (Borges, 2023). Ela também acrescentou:

Aqui é um lugar calmo; moram muitas pessoas de idade, a maioria são todos donos das próprias casas. É sossegado, eu gosto de morar por aqui. É tudo perto, o ônibus, o mercado, padaria, farmácia. Tem que procurar melhorias para a gente que trabalha (Borges, 2023).

Diante do relato de Ivete Borges sobre sua experiência em relação à fábrica, percebemos uma complexidade de sentimentos e perspectivas. A lembrança inicial remete ao incômodo causado pelo cheiro da fumaça, um fator que levou algumas pessoas a não optarem por estabelecer residência na região. No entanto, a movimentação proporcionada pela fábrica trouxe uma dinâmica peculiar ao bairro, especialmente à dinâmica da rua. Para Ivete, a imagem dos funcionários uniformizados, saindo e entrando pelo portão, de bicicleta ou moto, evocava uma sensação de vida pulsante no bairro.

Quando questionada sobre possíveis destinos para o complexo, a entrevistada expressa seu desejo de valorização do espaço, sugerindo a possibilidade de um condomínio fechado. Essa visão está vinculada à expectativa de melhoria na qualidade de vida para os residentes, ao mesmo tempo em que destaca a tranquilidade e a conveniência do entorno. A conclusão que se extrai desse relato é a de que a fábrica, embora tenha causado incômodos, desempenhou um papel significativo para a comunidade local.

A segunda entrevista foi realizada com Ângela Nunes, uma moradora bauruense do bairro há 23 anos. Ela recorda: “bastante gente da Vila trabalhou lá. Era muito movimentado, tanto que sempre paravam caminhões para descarregar o amendoim” (Nunes, 2023). Quanto à memória sensorial, Ângela menciona o som do apito da sirene, dizendo: "O sino a gente adorava, mas chegou uma época que tinha mau cheiro, a gente foi até conversar com o gerente (Nunes, 2023). Em relação à sua perspectiva sobre o estado atual da fábrica, a moradora sente que a instalação está abandonada e que: "Poderia ter uma empresa para oferecer bastante emprego... teria que ter uma indústria. Tem tudo. Está todo o equipamento aí. Infelizmente, é uma pena” (Nunes, 2023).



Figura 32— Residência de Ângela Nunes. **Fonte:** Acervo pessoal (2023)

Ao explorarmos as memórias de Ângela Nunes, moradora do bairro bauruense por duas décadas, surge uma narrativa de vivências e sentimentos associados à fábrica local. Ângela rememora uma época em que a Vila era ativa. A descrição do constante movimento de caminhões para descarregar amendoim ressalta a importância econômica da fábrica para a comunidade, evidenciando sua relevância na vida cotidiana dos moradores. As memórias sensoriais de Ângela revelam uma dualidade de sentimento em relação à fábrica. Se, por um lado, o som do apito da sirene era acolhido com carinho, indicando uma rotina de trabalho, por outro lado, a presença de mau cheiro tornou-se uma preocupação que levou os moradores reclamarem com a administração. Essa interação com a gestão da fábrica destaca a tentativa da comunidade de garantir uma convivência harmoniosa e a busca por soluções para questões ambientais.

Ao abordar a perspectiva atual da fábrica, Ângela expressa um sentimento de abandono e lamenta a ausência de uma nova ocupação para o espaço industrial. Sua visão pragmática destaca o potencial desperdiçado, apontando que a presença de equipamentos e infraestrutura ainda intactos poderia ser aproveitada para outra indústria. Em suma, Ângela Nunes revela uma complexidade de emoções e perspectivas da comunidade em relação à fábrica. Suas memórias ilustram não apenas os desafios enfrentados, mas também a resiliência e o desejo de revitalizar o espaço.

Durante a entrevista com Adalberto Barreto, um morador que vivenciou todos os períodos de transição da empresa, na época do Moinho Santista, SANBRA, Bunge e a atual Sina Indústria. Segundo Adalberto:

A Bunge comprou a SANBRA, e a Sina a comprou da Bunge, que manteve a empresa funcionando por um tempo. Depois, fechou novamente e ficou abandonada. Só ficou com o patrimônio. Eles não descartam por causa disso (Barreto, 2023).



Figura 33 — Residência de Adalberto Barreto. **Fonte:** Acervo pessoal (2023)

O morador destaca que, devido à atual empresa ter uma fábrica na região Sul do país, eles “preferiram operar lá devido à mão de obra e às despesas associadas a trazer a soja para cá” (Barreto, 2023). Adalberto afirma que na época da SANBRA “noventa por cento das famílias (do bairro) trabalhavam na fábrica” e que: “[...] a maioria da produção era de extrato de óleo de algodão, amendoim e, posteriormente, soja (Barreto, 2023). Quando

questionado sobre uma memória da época da SANBRA, Adalberto compartilha sobre a lembrança da família de sua mãe:

Todos se sustentaram trabalhando na SANBRA, na ferrovia, no trem... Meu pai mudou-se para cá na década de oitenta, quando a ferrovia já não existia mais. Eu me mudei para cá em 2000, quando meu velho começou a ter problemas de saúde. Saí de Guarulhos e fiquei por aqui. Moro no bairro há vinte e três anos (Barreto, 2023).

A entrevista com Adalberto Barreto aborda sobre a evolução da fábrica, desde seus dias como Moinho Santista até a atualidade como Sina Indústria. A história contada por Adalberto oferece uma visão completa dos períodos de transição da empresa, desde a aquisição da SANBRA pela Bunge e até sua operação pela Sina, culminando no fechamento e abandono subsequente.

Sua narrativa destaca não apenas as mudanças na propriedade da fábrica, mas também as transformações na produção ao longo do tempo. Desde a época da SANBRA, onde a maioria das famílias do bairro encontrava emprego na fábrica, até a transição para a produção de diferentes óleos vegetais. A explicação de Adalberto sobre a decisão da Sina Indústria de operar em uma fábrica na região Sul, se dá devido às despesas associadas ao transporte da soja, destaca a logística que contribuiu para a situação atual da fábrica na Vila Independência. A lembrança pessoal de Adalberto sobre a mudança de sua família para a região, impulsionada pelas oportunidades de trabalho na SANBRA, reforça a importância da fábrica na história industrial de Bauru.

Em conclusão, a entrevista com Adalberto Barreto oferece uma visão panorâmica da trajetória da fábrica, destacando não apenas os aspectos econômicos e industriais, mas também a profunda conexão entre a comunidade e a evolução da instalação. Sua história pessoal adiciona uma dimensão humana, sublinhando o papel crucial que a fábrica desempenhou ao longo das décadas na Vila Independência.

Por fim, a última e quarta entrevista foi conduzida com Paulo Fernando, nascido em Bauru em 1970 e criado na Vila Independência. Além de ser morador da região, ele também possui um comércio local. Paulo relata que, inicialmente, a maioria das pessoas do bairro tinha algum parente que trabalhava na SANBRA, e na época, a fábrica empregava bastante gente na região. Sobre suas recordações das ruas quando a empresa ainda era ativa, Paulo descreve:

Lembro do som da sirene e não gostava; às 6 horas da manhã, acordava quatro vezes ao dia. Mesmo assim, sinto falta daquela época, havia muita movimentação. Quando era criança, eu saía de casa e ia até lá na fábrica furar os sacos que tinham nos caminhões para pegar amendoim (Fernando, 2024).



Figura 34 — Residência de Paulo Fernando: Acervo pessoal (2024)

Em algumas de suas recordações, ele menciona sobre a diferença entre a SANBRA de Bauru em relação à unidade: [...] eu lembro uma vez que fui para Maringá, e lá tem SANBRA também e está até hoje como SANBRA. Já em Bauru, você vê que nunca para uma fábrica, as indústrias grandes foram todas embora" (Fernando, 2024). E ressalta:

Montaram até posto de gasolina; tinha carros de funcionários que paravam na minha oficina. Infelizmente, o posto fechou porque era sustentado pelo movimento da SANBRA e dos caminhões. Mas fazer o que né? Saudade dá, sinto falta. O bairro era totalmente diferente (Fernando, 2024).



Figura 35 — Posto de gasolina que abastecia a SANBRA. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)

Sobre qualquer tipo de intervenção, Paulo expressa: "Para mim, manteria sim o patrimônio da SANBRA, porque ela passou por muita coisa aqui. Deveriam aproveitar pelo menos a torre, as casas; a fábrica é muito grande" (Fernando, 2024). Ao final da entrevista, Paulo conclui que a Vila Independência parou no tempo.

Na entrevista com Paulo Fernando, é possível perceber um olhar sobre as reminiscências das sirenes matinais e o cotidiano movimentado da fábrica, marcado por sua infância ao furar sacos de amendoim. Em uma reflexão sobre as possíveis intervenções na fábrica, expressa o desejo que a arquitetura da SANBRA fosse preservada. Sua preocupação com a deterioração da fábrica ressoa como um apelo à salvaguarda patrimonial.

De maneira geral, as entrevistas com os moradores da Vila Independência proporcionam uma compreensão das nuances históricas e afetivas relacionadas à presença da SANBRA na comunidade. Cada relato reflete a complexidade das experiências vividas pelos entrevistados, revelando uma mistura de nostalgia, desafios e aspirações para o futuro do espaço industrial. Assim, as entrevistas destacam a diversidade de sentimentos e visões em relação ao passado e ao futuro desse ambiente industrial. A multiplicidade de perspectivas dos moradores e trabalhadores evidencia a complexidade do processo de preservação patrimonial e revitalização, ressaltando a necessidade de considerar as pessoas envolvidas na trajetória da fábrica ao planejar intervenções futuras.

Aqueles que se dedicam à pesquisa em história oral são instigados a pensar na estruturação de procedimentos capazes de dignificá-la para além do valor meramente informativo (Meihy & Holanda, 2015, p.12). A riqueza dessas narrativas é influenciada por diversas abordagens, que incluem o planejamento da condução das gravações, a definição do local, a duração, a transcrição e outros procedimentos. O patrimônio industrial geralmente representa um capítulo significativo na história de uma comunidade, moldando sua identidade e tecido social. Bosi (1994, p.39) afirma que "as memórias mais vivas só afloram depois de uma entrevista". Assim, a história oral desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio industrial, capturando e documentando as experiências pessoais, memórias e conhecimentos das pessoas que viveram e trabalharam nessas indústrias. Portanto, a história oral se destaca como uma ferramenta de pesquisa que visa explorar os significados em torno de uma narrativa. Ela não apenas

testemunha o encerramento de um ciclo, mas também proporciona a liberdade para a reinterpretção e atribuição de novos significados ao capturar diferentes perspectivas e contextualizar o passado.

Reconhecimento do Lugar e Relações de Pertencimento

Contidos nos detalhes que compõem a memória, a compreensão da tessitura histórica e cultural se entrelaça no próprio território. Cada rosto traz consigo narrativas, raízes e identidades compartilhadas por lembranças ligadas ao patrimônio. A ruína industrial, embora desgastada pelo tempo, nos convoca à conexão com o passado, ancorando-o no presente, onde o ordinário se torna extraordinário por meio de narrativas que se entrelaçam pelo fio da memória.

O patrimônio industrial geralmente representa um capítulo significativo na história de uma comunidade, moldando sua identidade e tecido social. Em *“Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”* por Ecléa Bosi, podemos entender como as recordações pessoais são influenciadas pelas experiências sociais compartilhadas, formando um tecido de memória que reflete tanto as experiências pessoais quanto as transformações históricas e culturais (Bosi, 1994). A autora valoriza a voz do trabalhador, permitindo que suas histórias sejam contadas a partir de suas próprias perspectivas, enriquecendo assim a compreensão da memória do trabalho, das mudanças sociais e das experiências interpessoais. Além disso, explora a relação entre as memórias e os espaços físicos, enfatizando como a memória está vinculada a lugares específicos e como esses lugares podem ser evocados através das narrativas (Bosi, 1994). Assim, a história oral desempenha um papel formidável na preservação do patrimônio industrial, capturando e documentando as experiências pessoais, memórias e conhecimentos das pessoas que viveram e trabalharam nessas indústrias.

Conforme concebido por Pierre Nora (1984), o lugar torna-se uma condensação e cristalização de memória, considerando as dimensões materiais, simbólicas e funcionais, podendo incluir tanto monumentos físicos quanto eventos, práticas culturais, rituais e símbolos que têm importância histórica e cultural para uma comunidade. Esses locais não são apenas testemunhas da história, mas também atuam como elementos que moldam a

percepção do passado e contribuem para a construção da identidade cultural. Nora (1993) sugere que a memória coletiva é seletiva, construída e reconstruída ao longo do tempo. Ela destaca a importância desses lugares na preservação da identidade cultural, especialmente em uma era em que as sociedades enfrentam mudanças rápidas e desafios que podem ameaçar a continuidade de tradições e valores.

Para Pollak (1992), assim como existem lugares de memória, também há lugares particularmente vinculados a uma lembrança que, apesar de não estar atrelada no tempo cronológico, permanece viva na memória, independentemente da data em que a experiência se deu. Dessa maneira, essas lembranças transcendem o espaço-tempo, tornando-se parte do senso coletivo e, conseqüentemente, da própria identidade do lugar, onde o local se torna um formador de memórias (Pollak, 1992). Ou seja, história e memória estão em constante diálogo, mas são conceitos distintos. A história tende a verificar e cruzar memórias, e, acima de tudo, a relacionar essas memórias com o local de origem delas, ou seja, o mundo social ao qual estão sendo atribuídas. O papel fundamental da história é integrar a memória no corpo social no qual é produzida. Esse arrancar da memória sob o impulso da história tem como efeito a ruptura de um elo de identidade (Nora, 1993, p.8). “Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (Pollak, 1992, p.204).

Halbwachs (1968) argumenta que as memórias individuais são moldadas e influenciadas pelos grupos sociais a que os indivíduos pertencem. A memória coletiva emerge por meio das interações e representações compartilhadas por um grupo, incluindo crenças, valores e narrativas. A memória individual é inseparável da memória coletiva, ou seja, é socialmente construída e influenciada pelos contextos sociais e culturais. Halbwachs (1968) também destaca que o esquecimento não é apenas um fenômeno individual, mas também um processo social. As sociedades decidem coletivamente o que lembrar e o que esquecer, influenciando como a história é construída e transmitida. Portanto, essas representações da memória fornecem uma estrutura para registrar os valores atribuídos ao patrimônio imaterial, ligado aos valores do patrimônio industrial.

Podemos entender que o patrimônio industrial geralmente representa um capítulo significativo na história de uma comunidade, moldando sua identidade e tecido social. Se

considerarmos que são as pessoas que fazem o espaço e não os espaços que fazem as pessoas; como poderíamos preservar essas relações de memória que as pessoas têm com o espaço? Ponderando esses aspectos, a preservação da memória e a conservação do patrimônio cultural atuam como testemunho de conhecimento coletivo, e a discussão desse tema integra o escopo das estratégias e práticas de perpetuação histórica sobre a ressignificação urbana, que para Menezes (1988) não implica somente na conservação física, mas também na responsabilidade de manter o bem social e imaterial como forma de resistência de um grupo social ou comunidade; a memória não atinge apenas a dimensão individual, mas também está ligada a aspectos coletivos e culturais.

O reconhecimento do lugar pode ser entendido como uma construção social baseada nas relações de pertencimento, na vida cotidiana, na interação e na cooperação entre os indivíduos e a materialização da memória como a união entre dimensão física e social de espaços topográficos e experiências simbólicas. Os lugares de memória, antes de tudo, são restos físicos que nascem e vivem do sentimento de acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens e artefatos, tudo que prova a existência de um passado que não existe mais; "a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução à dialética da lembrança e do esquecimento" (NORA, 1993. p. 09).

Essas questões de consciência sobre o lugar no âmbito da memória variam de cultura, pessoa e cotidiano. Cada percepção muda conforme as experiências do presente influenciado por lembranças. O conhecimento do passado pode ser identificado em três fontes: memória, história e fragmentos. Enquanto a memória e a história são fronteiras tênues entre o inevitável e o verificável, os fragmentos são vestígios de processos feitos pelo homem, testemunhos de um passado envelhecido e desgastado pelo tempo (LOWENTHAL, 2012). Se a relação entre a memória e os vestígios não podem ser determinados, pois o passado está fora do nosso alcance, as relações de pertencimento fazem parte de uma consciência coletiva do passado e da memória, mediante as lembranças que recuperamos sobre acontecimentos anteriores, e somente com os registros históricos podemos crer ou supor sua existência (LOWENTHAL, 2012).

Ricoeur, ao explorar o papel do esquecimento na construção da compreensão humana, examina a natureza da memória e sua relação com a identidade. Ele discute como as lembranças individuais e coletivas são formadas, e como a memória contribui para a construção da identidade pessoal e cultural. Além disso, explora a distinção entre memória voluntária (aquela que escolhemos lembrar) e memória involuntária (aquela que surge espontaneamente) (Ricoeur, 2020). Ele destaca como o esquecimento se relaciona com a seleção e a preservação da memória, permitindo a criação de uma narrativa coerente e significativa do passado (Ricoeur, 2020). Portanto, Ricoeur apresenta uma reflexão profunda sobre a natureza da experiência temporal humana e como as questões de memória, história e esquecimento estão interconectadas.

O reconhecimento do lugar e as relações de pertencimento para a construção da identidade individual e coletiva moldam como nos conectamos com o espaço ao nosso redor. Essa dinâmica entre o indivíduo e o ambiente em que vive reflete não apenas uma interação física, mas também uma interação afetiva e simbólica com o espaço que lhe cabe. O senso de pertencimento a um determinado lugar vai além da leitura geográfica, envolvendo tessituras de experiências, memórias e significados que se entrelaçam e se reconhecem na memória, nas tradições e na herança cultural.

Ao nos depararmos com a ideia de pertencimento, é inevitável considerar o papel das relações interpessoais nesse contexto. A comunidade que habita um determinado lugar contribui significativamente para a construção do senso de pertencimento. A importância do reconhecimento do lugar também se manifesta na preservação da identidade cultural e na valorização do patrimônio local, contribuindo para a transmissão da identidade coletiva. No entanto, o reconhecimento do lugar não é uma via de mão única. Assim como o espaço influencia a identidade das pessoas, as ações dos corpos também moldam a natureza do espaço. Ao entender o espaço físico que habitamos, ressignificamos a sua identidade enraizada em suas origens culturais e históricas.



Figura 36 — Vista da Chaminé pelo bairro. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)

Se traçarmos um paralelo entre as narrativas dos quatro trabalhadores entrevistados, sendo três aposentados e um ativo, como Seu Chico, podemos compreender que, apesar de terem atuado em tempos e cargos semelhantes, a leitura atual que têm da fábrica é única e díspar. Durante as entrevistas, observou-se uma reflexão do passado sobre o presente e como cada grupo de entrevistados interpreta o espaço de maneira distinta.

Francisco, por exemplo, por ser um trabalhador ativo, não enxerga a fábrica como uma ruína, pois continua atuando no lugar que lhe pertence na fábrica. Sua leitura interage com o espaço através da memória do trabalho. Com seus 53 anos de dedicação, sua relação de pertencimento emerge como a de um guardião da memória fabril da SANBRA. Valdir Rodrigues relaciona suas memórias à intensidade do trabalho na operação da caldeira e aos aspectos sociais e de bem-estar proporcionados pela SANBRA. A interação da fábrica com a vizinhança, incluindo as reclamações ambientais, evidencia as tensões entre o desenvolvimento industrial e as preocupações da comunidade. Carlos Marinho, além de compartilhar sua experiência na fábrica e abordar os acidentes no trabalho. Ressalta também o impacto da SANBRA no bairro, sugerindo a demolição e construção de um condomínio para melhorar o espaço. Essa perspectiva pragmática destaca as complexas relações entre a indústria, o meio ambiente e a qualidade de vida na comunidade. Pedro Santos rememora a sua visão histórica e propõe a ressignificação do espaço da SANBRA

como um parque ou área de lazer. Sua lembrança dos jogos de futebol e a conexão da fábrica com a história de Bauru enfatizam a importância cultural da SANBRA para a comunidade.

Durante as entrevistas, observaram-se as diferentes narrativas sobre o passado e o presente da fábrica, mediadas pela percepção de ruína. Enquanto os trabalhadores aposentados enxergam a fábrica como uma ruína, algo que se perdeu no tempo, para o trabalhador ativo, a ideia de "ruína" não está presente ou não é reconhecida da mesma forma. Isso pode ser explicado pelo fato de que, ao continuar trabalhando na fábrica, o local é entendido como algo vivo e funcional, sem os elementos de declínio associados à ideia de "ruína". Em outras palavras, para o trabalhador ativo, a fábrica ainda desempenha um papel significativo em seu cotidiano, indicando perspectivas distintas em relação à fábrica, tanto em termos do passado quanto do presente.

Em relação às narrativas dos moradores, Ivete Borges, ao abordar a dualidade de sentimentos causados pelo cheiro da fábrica, destaca a relevância econômica da movimentação gerada, enquanto sua visão de um condomínio fechado sugere uma busca por valorização e preservação do local. Ângela Nunes, por sua vez, apresenta uma narrativa da época de atividade na Vila, lamentando o atual estado de abandono, apontando para a necessidade de revitalização. A entrevista de Adalberto Barreto ofereceu uma visão abrangente das transformações ao longo dos anos, destacando a evolução da fábrica desde a SANBRA até a Sina Indústria. Sua perspectiva sobre a decisão da empresa de operar em outra região acrescenta uma dimensão pragmática à discussão, evidenciando as dinâmicas econômicas que influenciam o destino das indústrias. Finalmente, Paulo Fernando, ao expressar sua nostalgia pelas atividades movimentadas da fábrica e sua preocupação com a preservação do patrimônio, oferece uma perspectiva pessoal e local sobre o impacto do fechamento da SANBRA na Vila Independência. Sua conclusão sobre a sensação de estagnação ressalta as transformações percebidas na comunidade desde o encerramento da fábrica. Assim, as narrativas se convergem ao destacar, a necessidade de revitalização, as dinâmicas industriais e o impacto local do fechamento da SANBRA.

Conforme a tabela abaixo podemos verificar as semelhanças e diferenças nas experiências e perspectivas de cada grupo de entrevistados em relação à fábrica

Tabela 4. Perspectivas de trabalhadores em relação à fábrica

Antigos Trabalhadores				
Nomes	Francisco Neto	Valdir Rodrigues	Carlos Marinho	Pedro Santos
Ingresso na SANBRA	Recepção de grãos (1971)	Manipulação da caldeira (1980)	Ajudante de caldeira (1977)	Manutenção de maquinário (1990)
Vida Comunitária na Fábrica	Oferecia cantina, salão de festas, campo de futebol, assistência médica.	Unimed, barbeiro e restaurante no pátio	Festa de 1º de maio, comemoração com familiares	Lembranças dos jogos de futebol e eventos comemorativos.
Impactos na Vizinhança	Conflitos com a vizinhança devido a fumaça e som da sirene.	Divergências com vizinhança devido a cinzas da chaminé.	Recebia reclamações por problemas ambientais.	Refletiu sobre a dificuldade de viver na área devido à fuligem.
Percepções atuais	Atribui parte da responsabilidade à vizinhança.	Reflete sobre as mudanças na dinâmica urbana e as tensões ambientais.	Critica a segurança no trabalho, mas destaca apreço pela empresa.	Propõe a ressignificação do espaço para a história da SANBRA.
Propostas para o Espaço	Expressa tristeza e orgulho pela dedicação ao longo dos anos.	Sugere demolir e construir um condomínio no local.	Propõe a ressignificação do espaço como parque ou área de lazer.	Deseja uma nova apropriação do espaço, como um parque.

Fonte: Levantamento Autoral (2024). **Dados:** Autoral (2024)

Tabela 5. Perspectivas de moradores em relação à fábrica

Atuais Moradores				
Nomes	Ivete Borges	Ângela Nunes	Adalberto Barreto	Paulo Fernando
Primeiras impressões	Incômodo com o cheiro da fumaça	Mau cheiro, reclamações	Evolução da empresa ao longo do tempo	Nostalgia pela época ativa da fábrica
Percepções atuais	Significativo para a comunidade	Abandono e falta de ocupação	Potencial desperdiçado	Bairro visto como estagnado no tempo
Propostas para o espaço	Preferência por um condomínio fechado	Desejo de uma nova ocupação industrial	Preferência por operar em outra região	Desejo de preservar a arquitetura

Fonte: Levantamento Autoral (2024). **Dados:** Autoral (2024)

Ao analisarmos as narrativas dos trabalhadores (Francisco Neto, Valdir Rodrigues, Carlos Marinho e Pedro Santos) e moradores (Ivete Borges, Ângela Nunes, Adalberto e Paulo Fernando) em relação à fábrica SANBRA. Percebemos as seguintes similaridades e diferenças entre as narrativas:

Tabela 6. Similaridades entre moradores e trabalhadores

Afetividade e Nostalgia
Ambos os grupos expressam uma conexão afetiva com a fábrica, destacando memórias positivas e negativas relacionadas a eventos, colegas e tradições. Existe uma nota de saudade e apreço pela história da SANBRA, evidenciando a importância que a fábrica teve em suas vidas.
Impacto na Comunidade
Moradores e trabalhadores reconhecem a influência da SANBRA na comunidade e a importância que teve na construção da identidade local. A fábrica era mais do que um local de trabalho, mas também um centro de atividades sociais que envolviam a comunidade.
Conflitos com a Vizinhança
Ambos os grupos mencionam conflitos com a vizinhança, incluindo reclamações sobre fumaça, som da sirene e impactos ambientais. Os desafios enfrentados pela fábrica na interação com a comunidade são um ponto comum nas narrativas.

Tabela 7. Diferenças entre moradores e trabalhadores

Perspectivas Futuras
Moradores expressam preocupações mais voltadas para o presente e o futuro, como a busca por melhor qualidade de vida, enquanto os trabalhadores. Os moradores focam em soluções contemporâneas, como condomínios fechados, enquanto os trabalhadores tendem a valorizar a preservação do patrimônio histórico.
Relação com o Espaço
Moradores estão mais preocupados com a revitalização e potencial desperdiçado do espaço, considerando novas ocupações e melhorias. Trabalhadores, em particular Pedro Santos, sugerem uma ressignificação do espaço, mantendo a memória da SANBRA, como transformar o local em um parque ou área de lazer.
Ambiente de Trabalho vs. Ambiente Residencial
As narrativas dos trabalhadores enfatizam experiências laborais, progressão na carreira, condições de trabalho, segurança e impacto ambiental no contexto fabril. As histórias dos moradores destacam a relação com o bairro, incômodos causados pela fábrica, e a busca por melhorias no ambiente residencial. Em resumo, enquanto ambos os grupos reconhecem o impacto da SANBRA na comunidade, suas perspectivas diferem em termos de temporalidade (passado vs. presente/futuro). Assim, essas narrativas contribuem para uma compreensão mais completa da ideia de lugar conforme a história oral.

Ao explorarmos as narrativas dos antigos trabalhadores e atuais moradores em relação à fábrica SANBRA, percebemos as diferentes perspectivas que moldam a compreensão do que significa "lugar" do espaço industrial da SANBRA para esses indivíduos.

A tabela 5 destaca as similaridades entre esses grupos, ressaltando a afetividade e nostalgia compartilhadas, o reconhecimento do impacto na comunidade e os conflitos enfrentados com a vizinhança. A afetividade e nostalgia são elementos marcantes, refletindo uma ligação profunda com a fábrica. Tanto trabalhadores quanto moradores expressam uma saudade misturada com apreço pelas experiências vividas na SANBRA, revelando como as memórias, positivas e negativas influenciam na narrativa da fábrica. Ambos os grupos reconhecem a SANBRA não apenas como um local de trabalho, mas como um centro de atividades sociais que moldou a identidade local.

A tabela 6 destaca as diferenças entre trabalhadores e moradores em suas perspectivas futuras, relação com o espaço e foco em aspectos específicos do ambiente de trabalho e residencial. Enquanto os moradores buscam soluções contemporâneas para melhorar a qualidade de vida, os trabalhadores, anseiam pela preservação do patrimônio histórico da SANBRA.

De modo geral ressignificar a memória e reconhecer a conexão entre passado, presente e futuro; desvela-se na leitura do espaço cultural e geográfico, através do reconhecimento de "estar" e "existir" no mundo. O ato de se identificar em relação ao espaço circundante traduz-se na leitura do "Eu", que não se limita apenas ao local físico que ocupa, mas sim ao reconhecimento da própria individualidade e ao reencontro interpessoal no *cronotopos* da memória. Cada rua, paisagem e esquina carregam consigo palimpsestos. A identidade entrelaça-se com a história do lugar, com suas interações que ocorrem em seus recantos e com as memórias que nele se sedimentam. Estar no lugar de memória é sentir o passado entrelaçado ao presente. Nessa reflexão, o conceito de "lugar" representa um convite à introspecção, à memória e à construção da identidade que se entrelaça com as raízes do patrimônio.

CAPÍTULO III

RESTOS DO TRABALHO

Ao concluir os dois capítulos anteriores, o terceiro e último capítulo desta dissertação apresenta uma reflexão sobre as mudanças físicas na paisagem histórica da produção, abordando a interligação entre memória, identidade e espaço urbano de Bauru. Isso é explorado por meio do ato de caminhar na paisagem e examinar o tecido social intrinsecamente ligado à história dos olhares no território, direcionando a atenção para a relação simbólica que um local específico pode possuir.

A Leitura da Paisagem

A leitura da paisagem torna evidente as mudanças físicas e a transformação do espaço, assim como sua resistência ao longo do tempo. O estudo da paisagem possibilita a análise dessas mudanças no espaço urbano, estando intrinsecamente ligado à história simbólica que um local possui. A relação entre o conceito de paisagem e cultura torna-se evidente ao considerarmos os corpos físicos e suas identidades culturais nos espaços simbólicos que ocupam. Ao reconhecer a interdependência entre o conceito de paisagem, expandimos nossa compreensão do espaço. O mesmo ocorre com as ruínas que habitam o espaço físico e simbólico, onde encontramos não apenas vestígios do que foi, mas refletimos sobre a efemeridade do patrimônio.

Para Jean-Marc Besse, a relação entre as pessoas, espaço, cultura e sociedade se relaciona na forma como percebemos e atribuímos valor à paisagem (Besse, 2014). O espaço transcende sua dimensão física, englobando também aspectos sociais e culturais, sendo moldado e interpretado pelas experiências individuais e coletivas. Besse identifica as "cinco portas" da paisagem como epistemologias do pensamento contemporâneo. Ele explora a ideia de que a paisagem não se resume a um simples cenário visual; ela incorpora a influência da memória, da história e da cultura na nossa percepção e valoração de determinados ambientes. Em outras palavras, a paisagem se revela como uma expressão humana, um discurso, um vestígio que considera, de maneira equitativa, a subjetividade da percepção e a influência cultural na construção da paisagem (Besse, 2014).

O conceito de percepção da paisagem para Tim Ingold (2000) adquire significado quando compreendemos a atuação do corpo físico do indivíduo no espaço. A ideia central é que a percepção da paisagem está intrinsecamente ligada às práticas cotidianas, argumentando que nossa compreensão do ambiente não pode ser dissociada da forma como habitamos e existimos no espaço (Ingold, 2000). Ele enfatiza a continuidade entre as atividades humanas e o ambiente em que vivemos, considerando-as como um processo contínuo de envolvimento, em oposição a um conjunto de dicotomias. O autor propõe uma compreensão mais holística e integrada da percepção humana do ambiente, destacando a natureza dinâmica e processual das relações sociais. Assim, aquilo que entendemos como a epistemologia da paisagem se configura nas pluralidades da apropriação do espaço físico pelas dualidades do ser humano (Ingold, 2000).

No que diz respeito ao conceito de paisagem, para Meinig (2003), ele considera que esta não é composta apenas pelo que se apresenta diante de nós, mas também pelo que está em nossa memória. O reconhecimento desse fato nos conduz a uma imersão nesses elementos ao analisarmos as diferentes maneiras como um grupo de pessoas pode descrever a mesma cena, buscando atribuir significados diversos ao que contemplamos (Meinig, 2003). A paisagem, entendida como artefato histórico, estende-se como um complexo registro cumulativo das interações entre a natureza e o ser humano em um determinado local. Ao reconstruirmos os fragmentos do passado diante das mudanças cronológicas, cada paisagem revela-se como uma localidade abrangente, incorporando todas as experiências vivenciadas. Isso instiga o observador a cultivar sensibilidade aos detalhes de textura, cor e todas as nuances das relações sensoriais, envolvendo todos os sentidos nas singulares dos lugares (Meinig, 2003).

Nesse sentido, sobre a singularidade dos lugares, Gordon Cullen, em sua obra *'The Concise Townscape'* (Paisagem Urbana), explora as qualidades visuais e perceptivas das cidades, abordando a ideia de que a experiência urbana não é apenas funcional, mas também fortemente influenciada por fatores estéticos e visuais. Cullen (2008) considera cinco aspectos para uma leitura mais ampla da paisagem urbana: *Visão Serial*, que destaca a importância da experiência visual dinâmica ao percorrer uma cidade; *Elementos da Cidade*, analisa diversos elementos urbanos, como fachadas de edifícios, praças, ruas e espaços públicos, contribuindo para a qualidade visual da cidade e como podem ser

projetados para melhorar a experiência urbana; *Ordem e Caos*, discute a ideia de equilibrar a ordem e o caos na cidade, reconhecendo a diversidade e a complexidade da vida urbana, mas argumenta que ainda é possível criar uma ordem visual que aprimora a compreensão e a apreciação da cidade; *Arquitetura e Contexto*, explora a relação entre a arquitetura individual e o contexto urbano mais amplo, destacando a importância de projetar edifícios que se integrem harmoniosamente à paisagem urbana; e, por fim, *Experiência do Habitante*, concentra-se na experiência do habitante urbano com a cidade, explorando como as pessoas percebem e interagem com o ambiente construído (Cullen, 2008).

Ao entendermos o conceito de 'visão serial', a ideia de que a experiência visual de um espaço ou lugar não é uma visão estática, mas sim uma sequência dinâmica de vistas, podemos perceber, ao caminharmos, como a paisagem se altera à medida que andamos através dela. Cullen (2008) ainda destaca a importância de criar sequências visuais interessantes e variadas, enriquecendo a experiência da leitura do lugar, ao influenciar como vemos o espaço, procurando criar uma narrativa visual:

[...] Imagine-se o percurso de um transeunte a atravessar uma cidade. Uma rua em linha reta desembocando num pátio e saindo desde outra rua que a seguir a uma curva, desemboca num monumento. [...] siga-se o percurso: o primeiro ponto de vista é a rua; a seguir, ao entrar no pátio, surge novo ponto de vista, que se mantém durante a travessia da segunda rua, porém, depara-se uma imagem completamente diferente; e, finalmente, a seguir à curva, surge bruscamente o monumento. Por outras palavras, embora o transeunte acesse a cidade a passo uniforme, a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas. É o que se entende por VISÃO SERIAL (Cullen, 2008, p. 11).

Essas leituras se tornam evidentes ao compararmos a aplicação da metodologia de História Oral em um ambiente estático, no local da entrevista, em relação à abordagem de caminhada com o sujeito sendo entrevistado. Em outras palavras, a distinção nas narrativas emerge entre uma entrevista estática, conduzida no local, e uma entrevista realizada em movimento, evidenciando dinâmicas espaciais e contextos específicos distintos para cada abordagem. Ambos os métodos compartilham o objetivo de coletar informações, porém diferem em suas abordagens e nos tipos de dados que podem ser obtidos.

Memória de um Caminhar pelas Ruínas

Diferentemente das demais entrevistas, com o trabalhador Francisco Neto, além da História Oral, foi aplicado outro método observacional por meio da técnica de “Tour”, integrante da metodologia da Abordagem Valorização do Patrimônio (AVP), desenvolvida por Silberman e Labrador (2014). Essa abordagem visa compreender o indivíduo da pesquisa como um colaborador ativo por meio de cartografias. A técnica de tour consiste na caminhada do entrevistado, proporcionando uma releitura do lugar de memória dentro de sua própria narrativa. “Em síntese, o tour está relacionado à interpretação pessoal e deve abranger uma série de atividades” (Santos; Silva; Oliveira, 2019, p. 283).

Seja organizado por um especialista, participante ou membro da comunidade, os integrantes da atividade devem ser encorajados a explorar e documentar lugares repletos de significados e memórias, cuja importância pode estar nos fundamentos teórico-metodológicos (Santos; Silva; Oliveira, 2019, p. 283).

Durante a realização do Tour realizado com seu Chico, vale ressaltar que registros internos não poderiam ter sido fotografados no dia da entrevista, em 24 de outubro de 2023. No entanto, as sequências de fotos são marcadas pelo meu olhar em outra data que havia sido permitida em 07 de fevereiro de 2020.

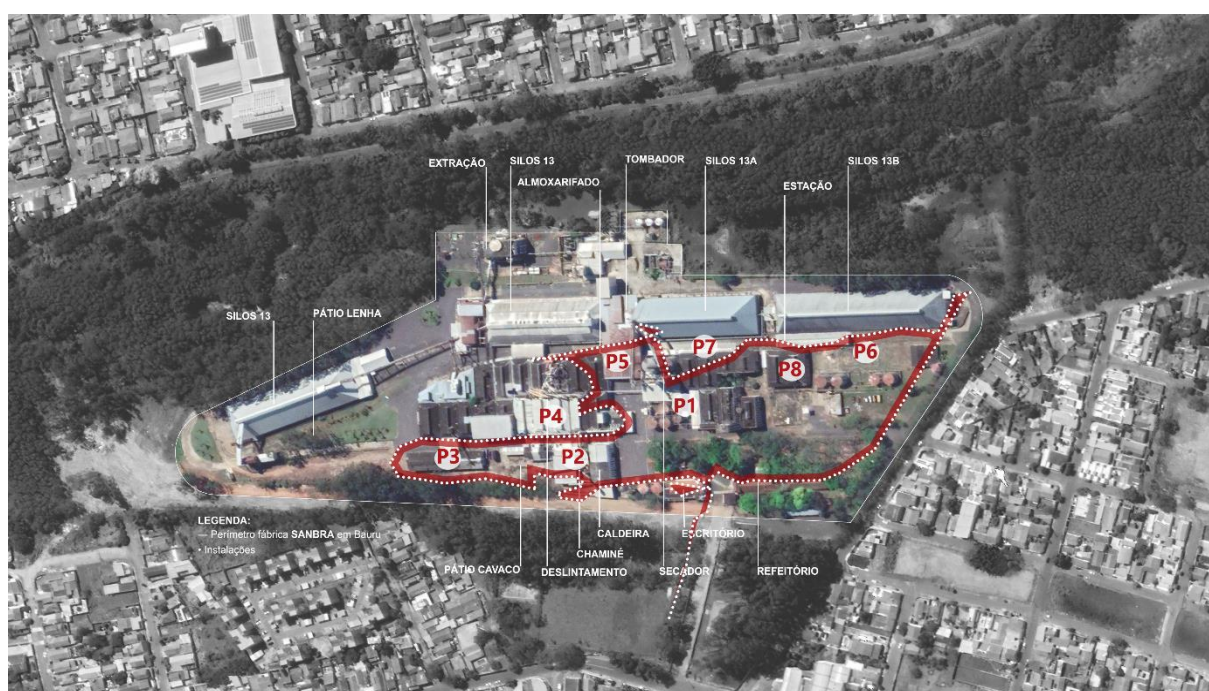


Figura 37 — Percurso Cartografia - Tour de Francisco Neto. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)



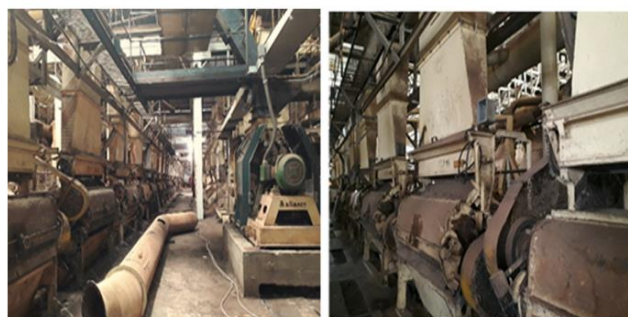
P1: "Essa torre era uma refinaria de óleo do algodão. Depois, passamos a lidar com o óleo de soja" (Francisco, 2023)



P2: "Essa aqui era a caldeira; o apito ficava ali em cima, e aqui era a chaminé." (Francisco, 2023)



P3: "Cada caldeira tinha uma classificação. Esta queimava lenha, aquela lá queimava o cavaco, e a esteira trazia que trazia cavaco para cá" (Francisco, 2023)



P4: "Os maquinários eram de Piratininga e Americana. Com a semente do algodão fazia-se o óleo, e a fibra seguia para a prensa. Essas máquinas só operaram durante o tempo da SANBRA" (Francisco, 2023)



P5: "A ferrovia Paulista vinha, largava o vagão vazio aqui e pegava o cheio, depois fazia a manobra. Esta aqui é chamada bitola estreita, e esta outra, bitola larga" (Francisco, 2023)



P6: "O trem ia até lá, naquela cobertura em forma de gaióvota. Depois, pegava o vagão de óleo cheio e seguia até a estação da ferrovia" (Francisco, 2023)



P7: "Essa aqui é uma fita transportadora. Os produtos do barracão eram lançados na fábrica nos eixos, armazenava-se os grãos aqui e enviava-se para serem industrializados" (Francisco, 2023)



P8: "Aqui dentro, armazenava-se fardos de linter. Um fardo tinha, em média, 200 kg. Quando chegava ao fim da safra do algodão, guardava-se tudo aqui. Depois, ia vendendo conforme o preço e o pessoal comprava" (Francisco, 2023)

Figura 38 — Tour de Francisco Neto. Fonte: Acervo pessoal (2024)

O caminhar pela ótica da narrativa nos oferece uma resposta à reação que as ruínas provocam. As paredes desmoronadas e os vestígios do que um dia foram um lar ou um lugar de significado revelam a fragilidade do tempo e a impermanência da existência humana, entre o passado e o presente, o que já se foi e o que permanece. Cada passo é uma imersão nas histórias sussurradas pelo desgaste do tempo, que tece narrativas entre escombros e relíquias. O caminhar é guiado pela curiosidade, pela busca de compreender o que foi e, simultaneamente, refletir sobre o que é agora. O caminhar com/pelas ruínas é um ato de introspecção sobre a condição do patrimônio. A obsolescência revela-se em meio à decadência; mesmo assim, encontramos beleza no pitoresco e na harmonia que recupera espaço sobre as estruturas abandonadas.

As ruínas, testemunhas do tempo e da transitoriedade, suscitam a interconexão entre passado e presente, memória e esquecimento. Ao nos depararmos com ruínas, encontramos uma história silenciada. Essa percepção, pelo olhar sensível, proporciona uma imersão na narrativa viva do passado que, de certa forma, continua a ecoar no presente. A paisagem, assim, reflete histórias marcadas pelo tempo através da ruína, transcendendo o mero vestígio material. É um reconhecimento da profundidade histórica, das camadas culturais que se entrelaçam na malha urbana. Longe de serem apenas vestígios do passado, elas evocam sensações, despertam curiosidade e instigam a contemplação sobre a existência do patrimônio.

O olhar romântico sobre essas ruínas não é apenas uma apreciação estética, mas também uma confrontação com a finitude da vida. Ao contemplar a ruína, somos lembrados de nossa própria efemeridade. O caminhar romântico é, assim, um ato de reconciliação com a transitoriedade da vida, uma jornada que nos recorda que, assim como as ruínas ao nosso redor, carregam consigo a memória de tempos idos.

Essa ideia encontra sua expressão mais profunda no caminhar pelas ruínas. Cada ruína é um poema, uma pintura, e cada passo é um verso que ecoa através do tempo. No encontro entre o homem e a ruína, a memória se entrelaça com a contemplação, e a finitude se torna uma epifania, uma jornada em que caminhamos não apenas através da memória, mas através da nossa própria história.



Figura 39 — Caminhar em Ruínas I. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)

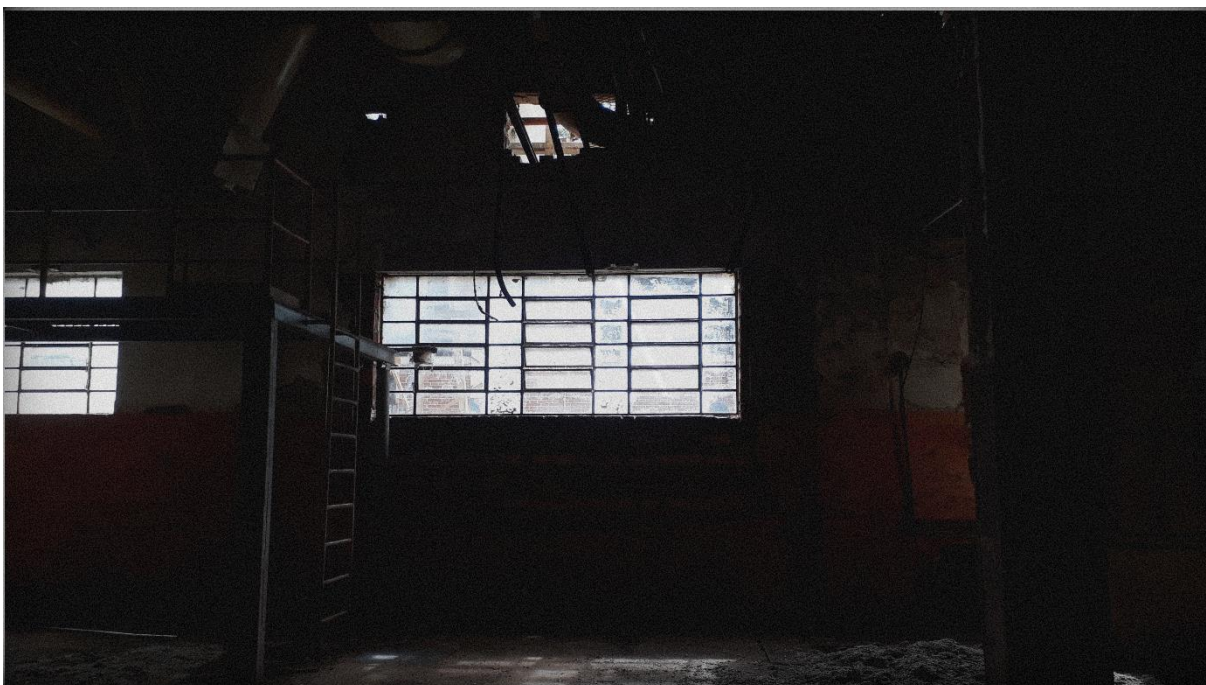


Figura 40 — Caminhar em Ruínas II. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)



Figura 41 — Caminhar em Ruínas III. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)



Figura 42 — Caminhar em Ruínas IV. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)

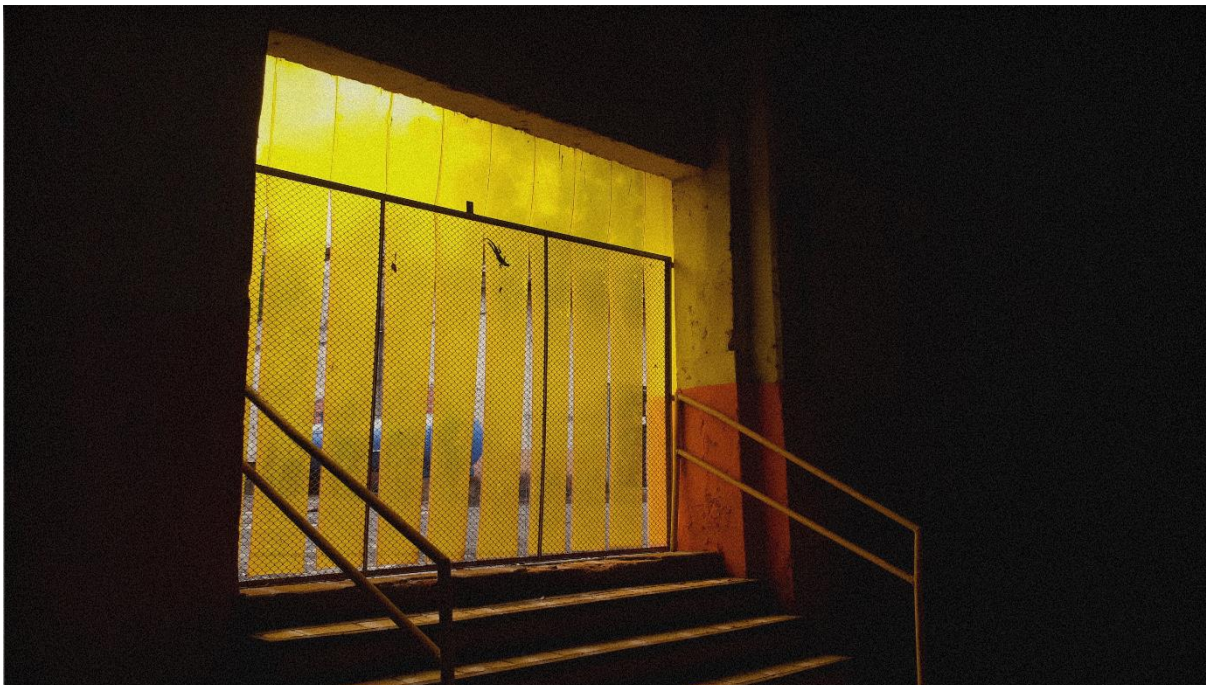


Figura 43 — Caminhar em Ruínas V. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)



Figura 44 — Caminhar em Ruínas VI. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)



Figura 45 — Caminhar em Ruínas VII. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)

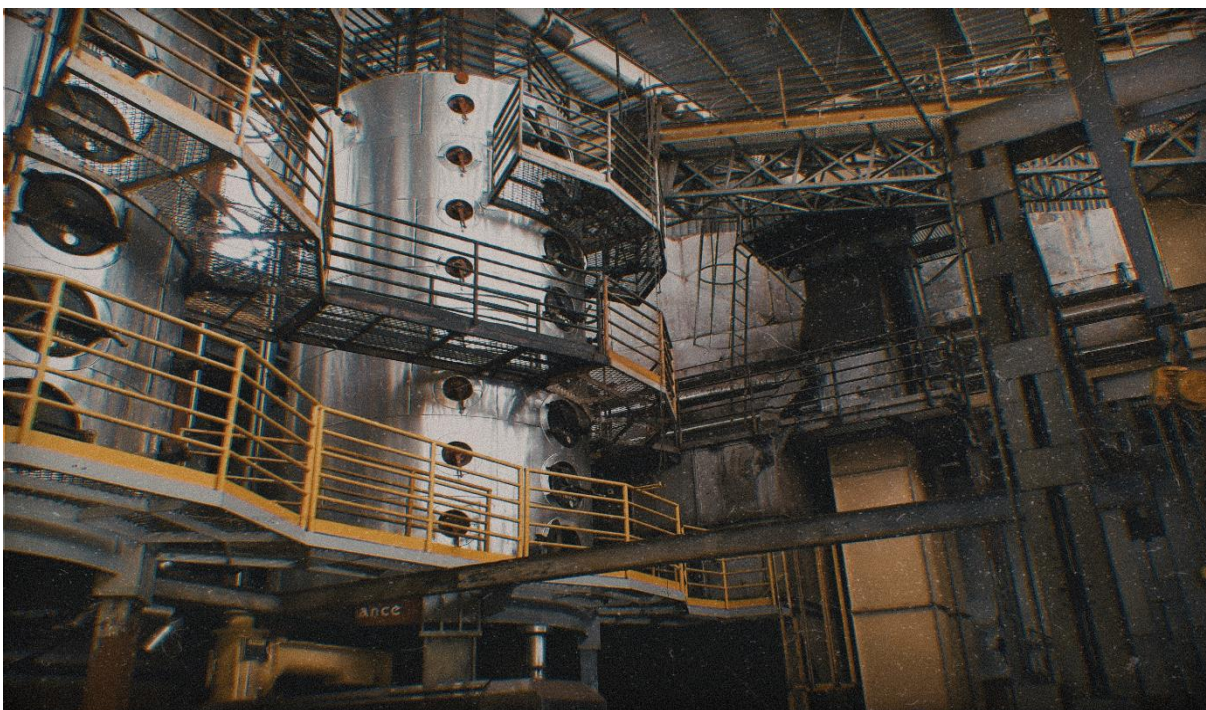


Figura 46 — Caminhar em Ruínas VIII. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)



Figura 47 — Caminhar em Ruínas IX. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)



Figura 48 — Caminhar em Ruínas X. **Fonte:** Acervo pessoal (2024)

CONSIDERAÇÕES

A razão que me motivou ao desenvolvimento desse trabalho se deu por uma apreensão acerca de salvaguardar bens industriais não protegidos, ou seja, pelas ruínas e não pelos patrimônios. Inicialmente, o problema central era sobre como preservar essas antigas indústrias que se perdem no tempo. Mais tarde, essa angústia foi transferida para meu objeto de estudo, a antiga fábrica de óleo vegetal – SANBRA, no município de Bauru, considerada a maior indústria da região em meados de 1970. Nesse mesmo período, muitas dessas grandes áreas urbanas que antes atendiam à indústria e ao transporte ferroviário tornaram-se grandes extensões de antigos espaços industriais que hoje não desempenham mais tal atividade, representando “vazios industriais”.

Essa obsolescência e degradação dos bens industriais passou a ser uma condição recorrente no quadro da deterioração dessas grandes áreas centrais. Bauru, que antes possuía um vasto conjunto de bens industriais, não tem uma única fábrica tombada para “contar história”. Muitas dessas indústrias fabris estão hoje em estado de subutilização e degradação física, como a antiga fábrica algodoeira SANBRA. Dito isso, o objetivo desta pesquisa nunca foi pontuar os principais valores que elegem a SANBRA como um patrimônio industrial para Bauru, mas sim documentar sua história pela memória e narrativas orais de pessoas que testemunharam a efemeridade da fábrica SANBRA, cujas reminiscências são evocadas por sensações que despertam curiosidade e instigam a contemplação sobre a existência dessa ruína no cotidiano dessas pessoas.

Ao longo do desenvolvimento desse trabalho, visamos atender esse objetivo em três partes: primeiro, no capítulo I, cuja finalidade foi abordar uma visão geral do processo de industrialização em São Paulo, Brasil, durante o início do século XX, evidenciando alguns fatores impulsionadores da industrialização no setor algodoeiro, especialmente o óleo de semente de algodão, até 1950; depois, no capítulo II, com foco nas narrativas que abordam a história da antiga fábrica SANBRA de Bauru pela metodologia de História Oral; e, por último, no capítulo III, com reflexão sobre a interligação entre memória, identidade e espaço industrial na paisagem e a relação simbólica que o lugar pode possuir.

Obtivemos como resposta resultados que nos permitiram compreender melhor a história econômica da agroindústria, especificamente no contexto da industrialização do algodão

em São Paulo entre as décadas de 1910 e 1950. Os documentos históricos apontaram para uma expansão expressiva de empresas produtoras de óleos alimentícios do caroço do algodão na região do Centro-Oeste Paulista durante esse período. Essa expansão industrial teve um impacto profundo no cenário econômico do estado, transformando-o de maneira significativa. Esses documentos fornecem subsídios sobre as práticas técnicas e as relações sociais que foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria algodoeira nesse período. Além disso, a utilização da Carta Geral do Estado de São Paulo de 1915, elaborada pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, permitiu uma análise espacial da paisagem industrial, por meio do mapeamento de algumas indústrias algodoeiras da época. Isso revelou como a concentração industrial se distribuía geograficamente e como as transformações urbanas nos limites municipais estavam relacionadas a essa expansão industrial. Assim, os resultados da análise destacam a importância de considerar não apenas os vestígios físicos, mas também o contexto histórico, social e econômico ao preservar a paisagem industrial como parte do patrimônio cultural. Isso nos ajuda a compreender as transformações que moldaram a distribuição funcional da produção industrial no território paulista.

No contexto da proteção da agroindústria, uma análise abrangente do patrimônio industrial ao nível estadual revelou disparidades significativas na preservação entre indústrias de transformação, especialmente as ferroviárias, e as indústrias de processamento de alimentos. Dentro deste levantamento, identificamos um total de 54 tombamentos de bens industriais, dos quais 17 são de processamento. Surpreendentemente, nenhum desses tombamentos incluía a empresa SANBRA. Esses dados destacam a necessidade de uma maior atenção à proteção do patrimônio industrial relacionado à agroindústria, especialmente no que diz respeito às instalações de processamento de alimentos. A ausência de tombamentos da SANBRA sugere uma lacuna na salvaguarda de vestígios deste segmento da indústria de óleos vegetais. Além disso, essa discrepância levanta questões sobre as políticas de preservação do patrimônio industrial e a necessidade de revisão e ajuste para garantir uma proteção mais equitativa e abrangente. A inclusão de empresas como a SANBRA nos esforços de tombamento e proteção pode contribuir não apenas para a preservação da história e da identidade da indústria agroalimentar, mas também para o enriquecimento da discussão conceitual

sobre o papel e a importância da agroindústria na economia paulista.

Também realizamos levantamentos e pesquisas sobre a história da fábrica SANBRA em Bauru, abrangendo fontes variadas como periódicos, fontes primárias e secundárias. No entanto, não encontramos trabalhos histórico-econômicos específicos sobre a SANBRA na cidade. Essa lacuna na bibliografia industrial evidencia a escassez de estudos dedicados à história e ao impacto econômico dessa indústria na região. A ausência de registros históricos sobre a SANBRA em Bauru ressalta a necessidade de maior atenção à preservação e documentação da história industrial da cidade, destacando a importância de mais pesquisas para preencher essa ausência documental sobre o desenvolvimento econômico da agroindústria bauruense.

Entende-se que a leitura do espaço cultural e geográfico, juntamente com a valorização do patrimônio local, ressalta a importância do reconhecimento do lugar na construção da identidade, indo além da leitura geográfica ao incorporar experiências, memórias e significados entrelaçados na história e tradições. A dinâmica entre o indivíduo e o ambiente reflete uma interação afetiva e simbólica, moldando a natureza do espaço e influenciando a identidade das pessoas. Ao caminhar pelos rastros, testemunhamos a resposta provocada por esses vestígios, onde a fragilidade do tempo e a impermanência da existência humana se revelam na ruína fabril. Os restos conectam passado e presente, memória e esquecimento, de nossos próprios rostos. Deste modo, a incursão nas experiências compartilhadas por meio de entrevistas revelou não apenas a reconstrução da história fabril, mas também as relações entre memória e identidade individual e coletiva. Ao dar voz às pessoas ligadas à trajetória da fábrica SANBRA, a metodologia de História Oral desvendou histórias não documentadas, preenchendo lacunas na preservação e proporcionando uma compreensão mais completa da fábrica.

A utilização da metodologia de História Oral não apenas resgata histórias não documentadas e preenche lacunas na preservação histórica, mas também destaca a importância de dar voz às comunidades locais e às testemunhas oculares dos eventos históricos. Isso promove uma abordagem mais inclusiva e participativa à pesquisa histórica. A pesquisa abordou questões relacionadas à preservação da história industrial com um foco metodológico específico na coleta de entrevistas no local. Durante esse processo, observamos pontos cruciais nas entrevistas que proporcionaram detalhes e

acréscimos significativos ao nosso entendimento da história da fábrica SANBRA em Bauru. A bibliografia utilizada fundamentou nossa abordagem metodológica, fornecendo diretrizes para conduzir entrevistas que capturassem nuances e experiências vividas pelos entrevistados. Frente aos levantamentos realizados, nossa pesquisa destacou a importância de uma abordagem dinâmica na coleta de entrevistas, permitindo uma interação mais rica e contextualizada entre o pesquisador e o entrevistado. Essa abordagem contrasta com uma entrevista estática, onde apenas perguntas predefinidas são feitas, sem considerar o ambiente e o contexto do entrevistado. Nosso trabalho contribuiu para o campo metodológico ao enfatizar a necessidade de adaptar a abordagem de pesquisa às especificidades do local e dos participantes, garantindo uma coleta de dados mais abrangente e significativa. Ao trazer essa perspectiva frente à bibliografia listada, ampliamos o escopo da pesquisa histórica e patrimonial sobre preservação da memória industrial

Por fim, a minha experiência neste estudo foi profundamente marcada por uma abordagem sensível à metodologia, onde mergulhei nas ruínas da antiga fábrica SANBRA em Bauru. Esta imersão não foi apenas física, mas também emocional. Entendi a importância de adotar uma metodologia sensível, permitindo que as narrativas emergissem organicamente do ambiente e das memórias das pessoas envolvidas. Caminhar entre as ruínas foi como seguir os rastros do passado, onde cada ruína contava uma história silenciosa. O rosto do pesquisador no território em ruínas reflete uma mistura de curiosidade e admiração pela finitude. Cada entrevista realizada no local foi uma jornada emocional, compartilhadas por lembranças. O contato direto com o ambiente enriqueceu minha compreensão da história da fábrica e das pessoas que a habitavam, adicionando uma dimensão humana e visceral ao estudo.

Minha contribuição pessoal foi estar verdadeiramente presente no território, ouvindo atentamente as histórias contadas, observando os detalhes das ruínas e deixando-me ser afetada pela atmosfera do lugar. Entendi que a pesquisa não se limitava a números e fatos, mas também envolvia uma conexão emocional e uma sensibilidade para com as histórias e memórias compartilhadas. Ao adotar essa abordagem sensível, pude capturar não apenas os eventos históricos, mas também as emoções e as nuances da experiência humana naquele espaço.

REFERÊNCIAS

DORADO, María Isabel Alba. Paisajes industriales: Utopías del pasado, recuerdos del futuro. **Revista 180**, n. 38, 2016.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 2007.

BASTOS, Irineu Azevedo. **Falcão/Independência. Nossa gente e nossa história**. Bauru: EDUSC, 2002.

BASTOS, Irineu Azevedo. **Sertão Noroeste. O Poder Municipal na República Velha**. Bauru: EDUSC, 2000.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo. Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

BRANCO, Mariana Souza. **Reminiscências urbanas: o caso da SANBRA em Presidente Prudente**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018.

CANABRAVA, Alice Piffer. **Desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo: 1861-1875**. 1951. Provimento de Cátedra – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp. IE, 2007.

CARONE, Edgard. **A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. Senac, 2019. CMB – Centro de Memória Bunge. Caderno de Pesquisa: Linha Soya. São Paulo: Fundação Bunge.

CMB – Centro de Memória Bunge. **Caderno de Pesquisa: Linha Soya**. São Paulo: Fundação Bunge, [s.d.].

CMB – Centro de Memória Bunge. **Histórico Bunge Alimentos**. São Paulo: Fundação Bunge, 2005.

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). **Bens Protegidos**. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/>.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2008.

DALLA COSTA, Armando; DA SILVA, Gustavo Pereira. **A Bunge e seu primeiro cinquentenário no Brasil (1905 a 1955)**: Os passos da construção de uma filial de um grupo econômico. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória, ES. 2015.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

DIÁRIO OFICIAL DE BAURU. **História do nome de logradouros públicos**, 2007. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_diariooficial/2007/02/do_20070217_1339.pdf.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista. Editora Unesp, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRAO, Helio; FACCIO, Neide. O projeto sobre a preexistência patrimonial: identificação e intervenção para sua salvaguarda. In: Evandro Fiorin (Org.). **Metodologias de projeto e ferramentas de pesquisa, ensino-aprendizagem em arquitetura e urbanismo**: as experiências de São Paulo-Sevilha. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2016.

IBGE. **SANBRA vista aérea da cidade**: Ourinhos (SP), 2017. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=45029>.

ICOMOS. **Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios**. In: II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Veneza. 1964.

ICOMOS. **Carta para a Conservação dos Sítios com Valor Patrimonial Cultural**. Auckland, Nova Zelândia, 2010.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling, and skills**. London; New York: Routledge, 2000.

LEONARDI, Victor; HARDMAN, Foot. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. São Paulo: Ática, 1982.

LOWENTHAL, David et al. Como conhecemos o passado. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 17, 1998.

LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinato. **João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim do Departamento de Geografia**, Presidente Prudente, n. 2, p. 55-63, 1969.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 50, p. 83-102, 1976.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, p. 277-314, 2004.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. A preservação do patrimônio em Assis-SP: as disputas diversas em cena (1984-1989). **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, p. 195-212, 2007.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

NERY, Olivia Silva. **A invisibilidade na materialidade: as pontes de memória nos objetos de Lyuba Duprat**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; NERY, Olivia Silva. Paisagens Sonoras: Memórias de Uma Cidade Fabril (Rio Grande, Rs-1950-1970). **Revista de História (São Paulo)**, p. a10122, 2023.

OKADA, Masaaki. Industrial ruins. In: DOUET, James (Ed.). **Industrial heritage re-tooled: The TICCIIH guide to industrial heritage conservation**. Routledge, 2013.

PALMER, Marilyn. **Industrial archaeology: principles and practice**. Routledge, 1998.

PELEGRINA, Gabriel Ruiz; ZANLOCHI, Tereza Silveira. **Ferrovia e urbanização: o caso de Bauru**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1991.

PELEGRINA, Gabriel Ruiz. **Bauru Notas Históricas**. Bauru, SP: Canal 6, 2007.

PEREIRA, Renata Baesso; SUÁREZ, Milene Soto. Avanços e impasses na preservação do patrimônio agroindustrial cafeeiro em Campinas (SP-Brasil) e Santiago de Cuba. **Patrimônio e Memória**, v. 16, n. 1, p. 182-213, 2020.

PÉRICO, Ana Livia; BARON, Cristina Maria Perissinotto. O Instituto Brasileiro Do Café: uma história sobre o patrimônio industrial. In: **Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207**. 2015. p. 105-118.

PINDER, David. Arts of urban exploration. **Cultural geographies**, v. 12, n. 4, p. 383-411, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

RAINERO, Carolina. Paisajes de la producción como factor de desarrollo territorial. Molinos harineros en la provincia de Santa Fe. **I Seminario de Patrimonio Agroindustrial Paisajes Culturales del Vino, el Pan, el Azúcar y el Café**. Mendoza, Argentina, 2008.

ROLLO, Maria Fernanda. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa Memória para Todos. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, p. 19-44, 2020.

SAES, Flávio et al. A indústria paulista da crise de 1929 ao plano de metas. História e Economia: **Revista Interdisciplinar**, v. 12, n. 1, p. 125-145, 2014.

SANTOS, Paula Karini; SILVA, Rafael Rodrigues da; OLIVEIRA, Eduardo Romero. O método “Abordagem de Valorização do Patrimônio (AVP)” aplicado aos bens industriais ferroviários. In: OLIVEIRA, Eduardo Romero de (Org.). **Memória ferroviária e cultura do trabalho**: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019, p. 277-306.

SCATALON, Aline Passos. **Em Linha: revitalização da área ferroviária de Martinópolis**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

SCHIAVON, Taís. La «Marche vers l’Ouest» et l’État de São Paulo: moyens de transport et articulations du territoire. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 33, 2017.

SILBERMAN, Nina; LABRADOR, Ana. **Values based heritage: approaches for**

sustainable development. Campinas: UNICAMP, 2014. Disponível em: http://coherit.com/publications/unicamp_coherit_report.pdf.

SOBREIRA, Márcia; RIBEIRO, Sandra. **Bauru uma cidade sem limites.** Bauru, SP: Canal 6, 2016.

SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971.

TEMPEL, Norbert. Post-industrial landscapes. In: DOUET, James (Ed.). **Industrial heritage re-tooled: The TICCIH guide to industrial heritage conservation.** Routledge, 2013.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 5, 2009. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v5i0.47>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TICCIH-Brasil. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**, 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>.

TICCIH-Brasil. **Princípios de Dublin para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial**, 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/os-principios-de-dublin/>.

TICCIH-Espanha. **Carta de Sevilha de Patrimônio Industrial**, 2018. Disponível em: <https://ticcih.org/sevilla-charter-of-industrial-heritage/>.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano. **Industrialização de Bauru: a atividade industrial e o espaço geográfico, das origens à situação atual.** 2009.

TUDOR, Christine. An approach to landscape character assessment. **Natural England**, v. 65, p. 101716, 2014.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimonio industrial (1920-1960).** 2004. 296p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias

Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1597986>.

VILLALOBOS, Ana; ÁLVAREZ, María; CECILIA. Patrimonio agroindustrial lujanino Modelo de Gestión en el área del canal zanjón. **I Seminario de Patrimonio Agroindustrial Paisajes Culturales del Vino, el Pan, el Azúcar y el Café**. Mendoza, Argentina, 2008.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 16, 2013. DOI: <10.12957/espacoecultura.2003.7762>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/7762>.

Entrevistas

BARRETO, Adalberto. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 30 de setembro de 2023.

BORGES, Ivete. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 30 de setembro de 2023.

FERNANDO, Paulo. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 30 de setembro de 2023.

MARINHO, Carlos Marinho. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 20 de janeiro de 2024.

NETO, Franciso. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 24 de outubro de 2023.

NUNES, Ângela. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 30 de setembro de 2023.

RODRIGUES, Valdir. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 20 de janeiro de 2024.

SANTOS, Pedro. **Entrevista sobre a antiga Fábrica SANBRA**. Bauru, SP: Entrevista concedida à Helena Sales Nogueira Costa, 20 de janeiro de 2024.

Anexos

I. Roteiro de Entrevista



ENTREVISTA FÁBRICA SANBRA

Ambiente de trabalho e suas condições

Fale um pouco sobre o seu trabalho na SANBRA, quando que você começou a trabalhar lá e qual cargo? Durante a produção, quais máquinas você utilizava e quantas pessoas trabalhavam com você? Essas máquinas eram perigosas de se trabalhar? Chegou a presenciar algum acidente? Tinha alguma vestimenta específica para cada cargo? Só homens trabalhavam na mesma área que você? E as mulheres? Alguém da sua família também era trabalhava na SANBRA? Era comum começar a trabalhar com qual idade?

Ambiente industrial

Na época, quais empregos a fábrica SANBRA oferecia? A empresa ajudava te subir de cargo (plano de carreira)? Ela investiu no crescimento dos funcionários? Qual era o produto que a SANBRA trabalhava? Quais eram as etapas de produção? Como era o descarte da matéria prima? Tinham produtos a preço de custo? Você também era um consumidor? Chegou a receber produtos que sobravam no estoque?

Ambiente social e tipos de interações

Tinha amigos no local de trabalho? Como era a sua relação com seus colegas de trabalho? Esses vínculos ainda permanecem (mantem contato)? Tinham alguma atividade que praticavam juntos? Ou participavam de alguma comemoração, ou festa conjunta? Quais suportes de lazer a fábrica oferecia?

Ambiente no entorno do bairro

Qual sua trajetória neste bairro? Mora há quanto tempo? Como era viver nesta região? E atualmente? Como você se sentia em relação às antigas atividades industriais do bairro? Como era a vivência no entorno? E hoje, como você “se apropria” do bairro? Se você pudesse mudar algo, qual seria a sua sugestão?

Ambiente no entorno da indústria

A empresa oferecia casas para os funcionários, que fossem próximos da fábrica? Como eram as moradias? Como era viver na Vila Independência? Havia reclamação dos moradores sobre a fábrica? Por exemplo, sobre o cheiro de fumaça que vinha da chaminé, ou barulho da sirene. E sobre a ferrovia? Você lembra se lembra dela?

Ambiente atual

Em que ano a SANBRA fechou e por qual motivo? Quando saiu da empresa da região, como foi o desfecho da sua aposentadoria? Chegou a trabalhar em outra fábrica em Bauru ou região? O que você fez após ter trabalhado lá? Como você se sente a respeito daquele espaço atualmente? O que você gostaria que fosse preservado da antiga SANBRA? Qual sugestão você daria para uso atual da fábrica? Tem uma memória que foi muito marcante (evento)? Hoje, o que ficou?

II. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa “Rostos do território: leitura da paisagem industrial pela memória. Um estudo sobre a fábrica SANBRA em Bauru”, sob responsabilidade da pesquisadora Helena Sales Nogueira Costa e do orientador Dr. Eduardo Romero de Oliveira, que tem como objetivo geral coletar depoimentos de trabalhadores e moradores da antiga fábrica SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) da cidade de Bauru, São Paulo.

A pesquisadora está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, ao nível de Mestrado, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Bauru, Av. Eng Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Vargem Limpa - Bauru/SP - CEP 17033-360. Caso seja, necessário, contatar a pesquisadora pelo telefone: (14) 991683453 e/ou pelo e-mail: helena.sales@unesp.br ou a Seção Técnica de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo telefone: (14)3103-4826 e/ou pelo e-mail: ppgarq.faac@unesp.br.

Você poderá solicitar, a qualquer momento, esclarecimentos ou informações acerca de sua participação; desistir de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; decidir a divulgação da sua identidade e quais serão, dentre as informações fornecidas, as que poderão ser tratadas de forma pública, respeitando, assim, a sua privacidade. Você terá a possibilidade de se negar a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social. A confidencialidade da sua informação pessoal, da privacidade, da proteção de sua identidade, será garantida, conforme, os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais previstos na Resolução n.º 510/2016, capítulo I, Artigo 3º, item VII.

A entrevista aborda uma temática que poderá gerar exposição emocional ou manifestação emocional intensa, as quais serão acolhidas pela pesquisadora por meio de escuta ativa e empática. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação. Ressaltamos que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins acadêmicos, e que os resultados serão mantidos em local sigiloso, em posse do pesquisador e poderão ser publicados com os dados protegidos. Caso tenha interesse, será garantido ao participante, receber os resultados somente desta pesquisa.

A entrevista será gravada por meio de gravador de voz, a concordância com a gravação é indispensável para a participação na pesquisa, caso não haja anuência não será possível participar da mesma. Assim, ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), você também permite que a entrevista seja gravada em áudio.

Por este instrumento, o participante, autoriza, gratuitamente, a pesquisadora Helena Sales Nogueira Costa a utilizar a sua imagem e voz, captado(os) para fins acadêmicos de caráter histórico e documental em pesquisas do Projeto Memória Ferroviária que contenha a sua participação, durante a execução da entrevista sob responsabilidade e coordenação do pesquisador e orientador Dr. Eduardo Romero de Oliveira.

III. Termo de Depoimento em História Oral



Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Bauru, São Paulo, 24 / 10 / 23

Nome: Franco Junior Neto

Data de nascimento: 31-05-1951

Naturalidade: Paulistana

RG ou CPF: _____

Endereço: _____

Contato: _____

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora



Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Bauru, São Paulo, 20 / 07 / 24

Nome: Valdir Rodrigues

Data de nascimento: _____

Naturalidade: _____

RG ou CPF: _____

Endereço: _____

Contato: _____

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Bauru, São Paulo, 20 / 01 / 20

Nome: Carlos Ribeiro Marinho

Data de nascimento: _____

Naturalidade: _____

RG ou CPF: _____

Endereço: _____

Contato: _____

Carlos Ribeiro Marinho

Assinatura do participante

Helena Nogueira

Assinatura da pesquisadora

Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Bauru, São Paulo, 20 / 10 / 24 Pedro do Santos
Nome: _____
Data de nascimento: _____
Naturalidade: _____
RG ou CPF: _____
Endereço: _____
Contato: _____



Assinatura do participante

Helena Nogueira

Assinatura da pesquisadora

Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Bauru, São Paulo, 30/09/23

Nome: Isete Borges

Data de nascimento: _____

Naturalidade: ARACATUBA - SP

RG ou CPF: _____

Endereço: R. Hororó, 391

Contato: _____

Isete Borges.

Assinatura do participante

Helena Nogueira

Assinatura da pesquisadora

Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Bauru, São Paulo, 30 / 09 / 23

Nome: Angela R. Cabestrini Nunes

Data de nascimento: _____

Naturalidade: Bauru - SP

RG ou CPF: _____

Endereço: R. Felicíssimo Antonio Pereira, 10-16

Contato: _____



Assinatura do participante



Assinatura da pesquisadora

Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Bauru, São Paulo, 30/9/23

Nome: Adalberto Barreto

Data de nascimento: _____

Naturalidade: Bauru

RG ou CPF: _____

Endereço: R. Horóvó, 3-43

Contato: _____



Assinatura do participante



Assinatura da pesquisadora

Tendo em vista os itens acima apresentados, o participante declara estar ciente das informações contidas neste "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido".

Bauru, São Paulo, ____/____/____

Nome: Paulo Ricardo

Data de nascimento: _____

Naturalidade: _____

RG ou CPF: _____

Endereço: _____

Contato: _____



Assinatura do participante

Helena Nogueira

Assinatura da pesquisadora